



Prêmio CNJ de Qualidade

Relatório de Ações
Comissão Permanente de
Acessibilidade e Inclusão do Tribunal
de Justiça Militar do Estado do Rio
Grande do Sul



ORIENTAÇÕES GERAIS

Este modelo de relatório deverá ser utilizado pelos órgãos participantes do Prêmio CNJ de Qualidade para fins de comprovação da realização de ações relacionadas a itens do regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade.

Neste relatório deverão constar apenas as ações realizadas no período entre **1º de setembro de 2021 e 31 de agosto de 2022 ou o período específico indicado na Portaria do Prêmio, conforme o item**. Atividades fora desse prazo serão desconsideradas.

As ações realizadas deverão ser consolidadas em relatório único por item da Portaria, cabendo observar que todas as seções deste Relatório são de preenchimento obrigatório. Portanto, o tribunal deverá encaminhar apenas um Relatório de Ações por item, em formato "pdf".

Ressalta-se a importância do preenchimento de todos os campos da (s) ações (s) mencionadas pelo tribunal. Caso não seja possível o preenchimento completo, deve-se justificar a ausência no campo "Observações".

A ausência de informações e/ou documentos comprobatórios poderá acarretar perda de pontos ou, até mesmo, em não pontuação do item.

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE 2021

1- DO PROCESSO E OBJETIVOS

Atendendo a nomeação em Portaria nº 082/2022, da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de constatar as condições de acessibilidade dos prédios do TJM, 2ª, 3ª e 4ª Auditoria Militar e apontar possíveis soluções para atendimento da NBR 9050/2015 e toda legislação complementar, com atividades, adaptações físicas e palestras.

2- CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os imóveis se situam: TJM-Sede, Av. Praia de Belas 799, 2ª Auditoria, Rua Cel. André Belo 72, nesta Capital; 3ª Auditoria, Av. Nossa Senhora das Dores, 437, Santa Maria, e, 4ª Auditoria, Av. Cel Pelegrini, 700, Passo Fundo, todos no Estado do RS. Tratam-se de construções antigas, anteriores a implementação dos protocolos de acessibilidade, excetuando-se o prédio locado da 3ª Auditoria, em Santa Maria.

Partindo das apresentações da 1ª Reunião do Comitê de Acessibilidade em 06 de Abril do ano de 2021.

Local	Proposta 2020/2021	Execução Orçamentos de 2020.	Conclusão:
TJM	Rampa de Acesso e Corrimão	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de Acessibilidade anexo 2. R\$ 164.576,00	Aguardando obras complementares e definições de conclusão de regulamentação do prédio e possível construção do 3º piso, corrimão contemplado na obra de PPCI em andamento desde 04 de outubro de 2021.
	Plataforma de Elevação ou elevador	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de Acessibilidade anexo 2. Plataforma R\$ 218.700,00 Elevador R\$ 183.900,00	Aguardando obras complementares e definições de conclusão de regulamentação do prédio e possível construção do 3º piso, e as obras de conclusão do PPCI, evitando-se prejuízos, com a realização daquelas desnecessárias e já contempladas em projeto anterior.
	Piso Tátil	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de	



		Acessibilidade. Externo R\$ 2.356,75 Interno R\$ 5.650,00	Após reunião em 28 de outubro de 2021 com Arq. ALAN TEDESCO - DINFRA, será imprescindível a contratação de uma consultoria especializada, tendo em vista que o Mapa tátil requer mais obras além da linha de identificação. Anexo 7
	Adequação de banheiros acessíveis Fotos anexo 3	Orçamento e execução, conforme plano de acessibilidade anexo 2, valor R\$ 8.300,00	Serviço realizado com compra de material através de licitação executado setor de material pelo valor de R\$ 1.048,50
2ª Auditoria	Piso tátil	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de Acessibilidade. Externo R\$ 1.056 Interno R\$ 1.200,00	Aguardando deliberações futuras conforme reunião com Arq. ALAN TEDESCO-DINFRA, já que está previsto projetos de acessibilidade para todas as comarcas conforme cronograma do DINFRA. Anexo 7
	Adequação de banheiros acessíveis Fotos anexo 3	Orçamento e execução, conforme plano de acessibilidade anexo 2, valor R\$ 8.300,00	Serviço realizado com compra de material através de licitação executado setor de material pelo valor de R\$ 1.048,50
3ª Auditoria	Piso tátil	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de acessibilidade . Anexo 2 Externo R\$ 440,00 Interno R\$ 1.760,00	Aguardando deliberações futuras conforme reunião com Arq. ALAN TEDESCO-DINFRA, já que está previsto projetos de acessibilidade para todas as comarcas conforme cronograma do DINFRA. Saliendo que o prédio em tela trata-se de imóvel locado.
	Adequação de banheiros acessíveis	Projeto e execução as expensas do proprietário de prédio	Conforme informado em reunião da comissão, as obras estão em andamento



4ª Auditora	Piso tátil	Orçados Serviços de Engenharia e Execução, conforme apresentação no plano de Acessibilidade. Externo R\$ 1.914 Interno R\$ 2.400,00	Aguardando deliberações futuras conforme reunião com Arq. ALAN TEDESCO-DINFRA, já que está previsto projetos de acessibilidade para todas as comarcas conforme cronograma do DINFRA. Anexo 7
	Adequação de banheiros acessíveis	Projeto e execução as despensas do proprietário de prédio	
TJM e AUDITORIAS	Palestras e Cursos	Palestra sobre Judiciário acessível: efeitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão no Poder Judiciário Anexo 4	PALESTRANTE Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca/TRT9-Paraná
		Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista. Anexo 6	PALESTRANTES Dra. Jerusa Chamun Jobim- Terapeuta ocupacional Dr. Lucas Mendes Soares – Psicólogo
	Acessibilidade Nos Prédios do TJM	Conforme Organograma do DINFRA , que contempla todas as Comarcas, não vetando as ações do TJM , desde que devidamente assessorado por profissional com conhecimento na área.	Reunião com o Arquiteto do DINFRA do TJ/RS sobre considerações ao Projeto de Acessibilidade e o PPCI. Anexo 7

3- MOTIVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

A comissão de acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar relata a IMAGEM 01 – Vista geral da edificação a partir esquina da Av. Praia de Belas 799 x Rua Edmundo Bitencourt, constatada à falta de acessibilidade do edifício do TJM às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A partir dessa representação, foi solicitado que se realizasse vistoria e produzisse um plano técnico avaliando as condições de acessibilidade da referida edificação, que segue abaixo.

IMAGEM 1



4- DOS FATOS CONSTATADOS

- Quanto à acessibilidade no entorno TJM: A calçada da edificação é acessível a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida através do rebaixo do passeio na faixa de pedestres da Rua Edmundo Bitencourt com Av. Praia de Belas. Porém, não há na calçada piso tátil para condução de deficientes visuais até a entrada da edificação e os sinais na faixa para pedestres não possuem alerta sonoro.

- **Quanto à acessibilidade no edifício TJM:**

- a) Acesso ao imóvel: Na fachada principal, o imóvel possui uma (01) porta de entrada, porém, não é acessível. Possui degraus de alturas variadas e não há nenhuma rampa.

- b) Posterior do edifício, pelo estacionamento da Rua Edmundo Bitencourt, possui uma pequena rampa de acesso ao estacionamento que fica dentro dos critérios de inclinação de rampa da NBR 9050/2015, dando acesso ao elevador que atende todos os andares, com porta de 1,10 cm, atendendo as dimensões para um cadeirante de cadeira de rodas modelo padrão, embora não atenda ao quesito linha de direção.

IMAGEM 2



“De acordo com a NBR 9050/2015, item 6.1.1.1, “As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis.”, e conceitua rota acessível como: “um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.” A mesma norma ainda diz que “O percurso entre o estacionamento de veículos e os acessos deve compor uma rota acessível.” e enfatiza que “deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis.”. Portanto, o edifício não atende a essa prerrogativa porque não é acessível no seu acesso principal, nem na parte externa do acesso secundário (estacionamento), tanto para pessoas com mobilidade reduzida quanto para deficientes visuais devido à ausência de piso tátil e comunicação em braille”.

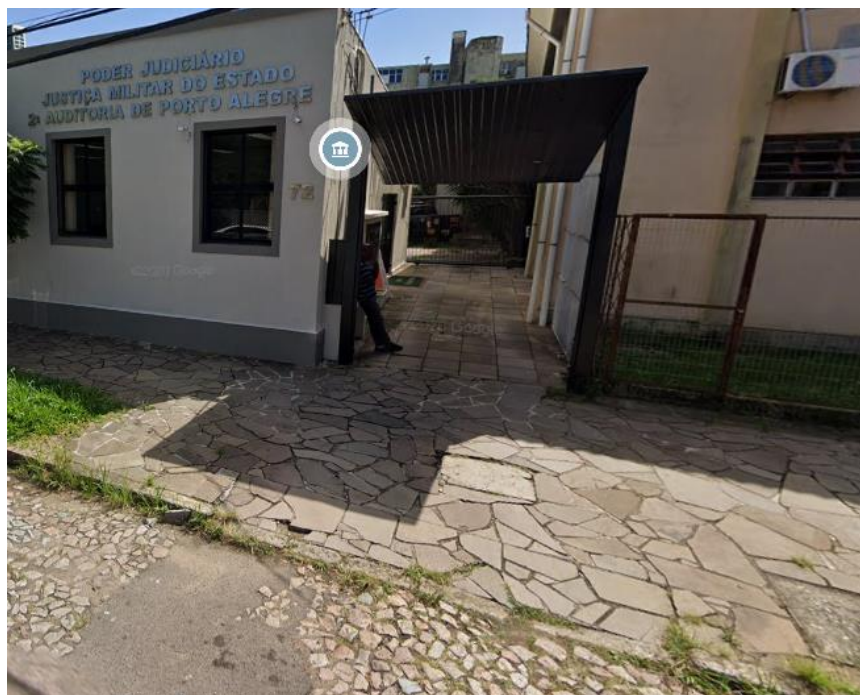
c) O banheiro acessível está localizado no 3º pavimento sendo um banheiro UNISSEX com as dimensões e equipamentos necessários, possuem boxes acessíveis, com barras de apoio e espaço para movimentação, mas não está adequado para PNE VISUAIS.

d) Pavimentos superiores: o acesso ao 2º e 3º andares acontece por escadas e elevador, não possuindo piso tátil para orientação de PNE VISUAL.

• **Quanto à acessibilidade no entorno 2ª Auditoria**

- a) Acesso ao imóvel: Na fachada principal, o imóvel possui uma (01) porta de entrada, acessível, não há nenhuma rampa, mas não existe piso tátil no passeio público.

IMAGEM 3



b) Posterior do edifício, pelo estacionamento possui duas (02) portas, ambas possuem degraus de 10 cm, sendo que uma com corredor interno de serviço, não podendo ser utilizado por cadeirantes devido a obstáculos e a outra acesso diretamente dentro do plânrio (porta estilo salão vai e vem), calçamento de paralelepípedo irregular.

c) O banheiro acessível está localizado no 1º pavimento sendo um banheiro UNISSEX, com as dimensões e equipamentos necessários, possuem boxes acessíveis, com barras de apoio e espaço para movimentação, mas não está adequado para PNE VISUAIS.

Não possuindo pavimentos superiores

• **Quanto à acessibilidade no entorno 3ª Auditoria**

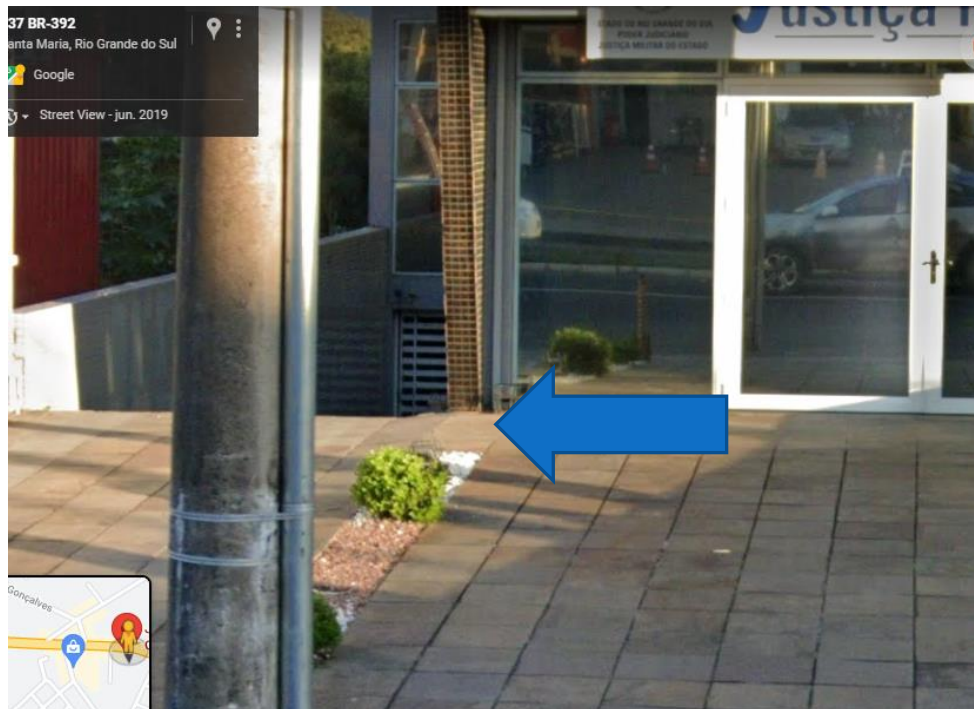
a) Acesso ao imóvel: Na fachada principal, o imóvel possui uma (01) porta de acesso principal ao nível do passeio público, não possuindo linha tátil, imagem 4.

Obs: possui no acesso obstáculos de paisagismo, sem marcação, e uma rampa lateral ao subsolo garagem, sem proteção efetiva ao desnível, imagem 5.

IMAGEM 4

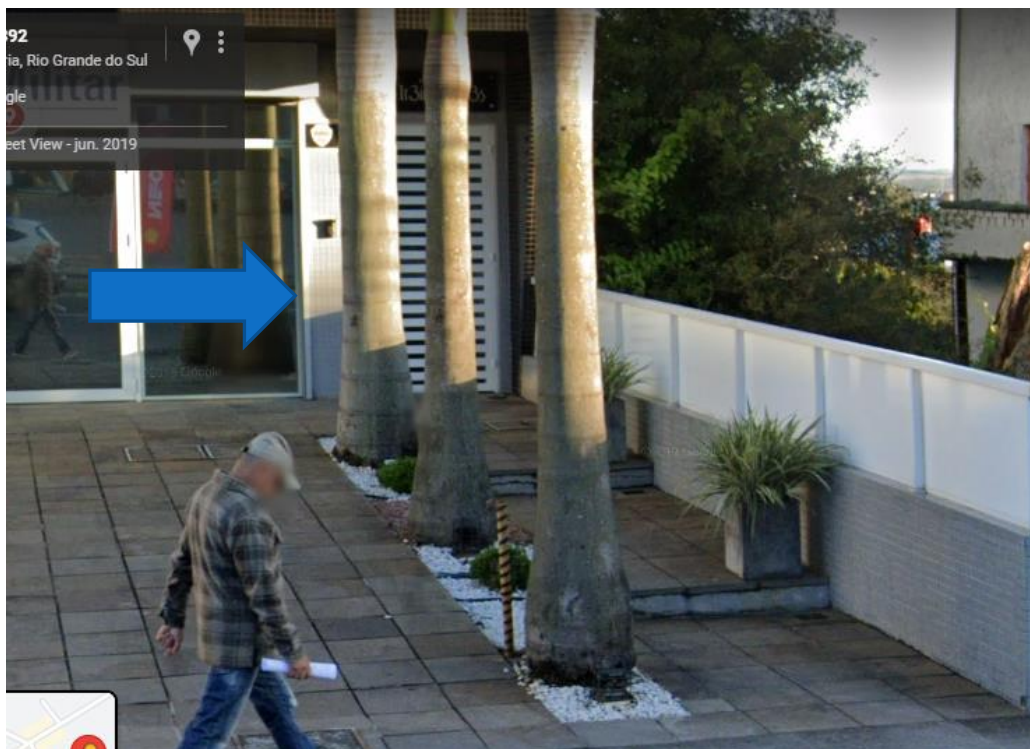


IMAGEM 5



b) Posterior do edifício, há mais uma entrada, que possui degraus e só se tem acesso por dentro, não sendo acessível ao público pela parte de fora, e uma saída de emergência nos fundos do plenário.

IMAGEM 6



c) Os banheiros acessíveis estão localizados no 1º pavimento, estão sendo realizadas obras para adequação do espaço as normas da NBR 9050/2015.

Pavimentos superiores: o acesso ao 2º andar, acontece somente por escadas, não possuindo piso tátil para orientação de PNE VISUAL.

d) Segue abaixo foto das atualizações dos banheiros de acessibilidade de 3ª Auditoria Militar de Santa Maria, com adequação da porta de acordo com a NBR e redimensionamento dos boxes reservados de modo a permitir a movimentação de cadeiras de rodas.

IMAGEM 6.1



IMAGEM 6.2

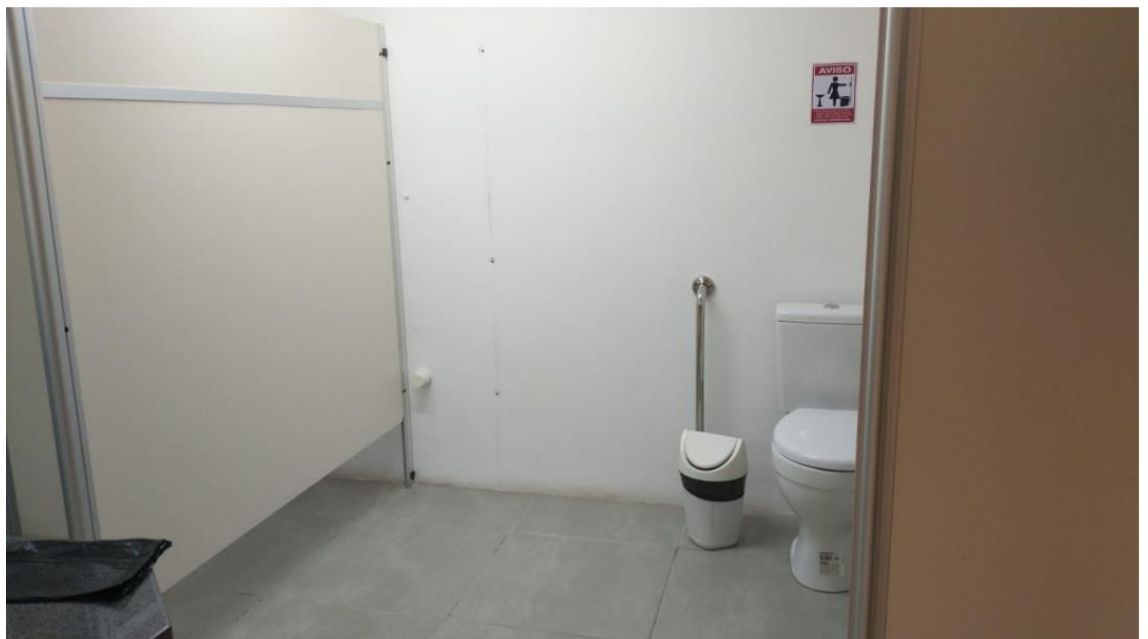
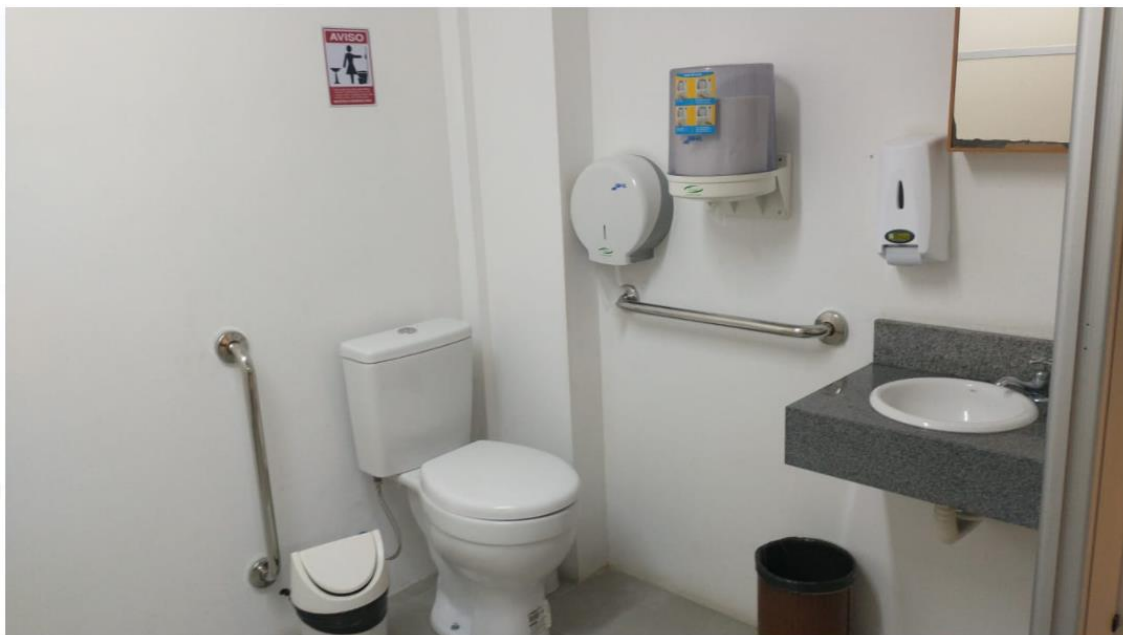


IMAGEM 6.3



- Quanto à acessibilidade no entorno 4ª Auditoria

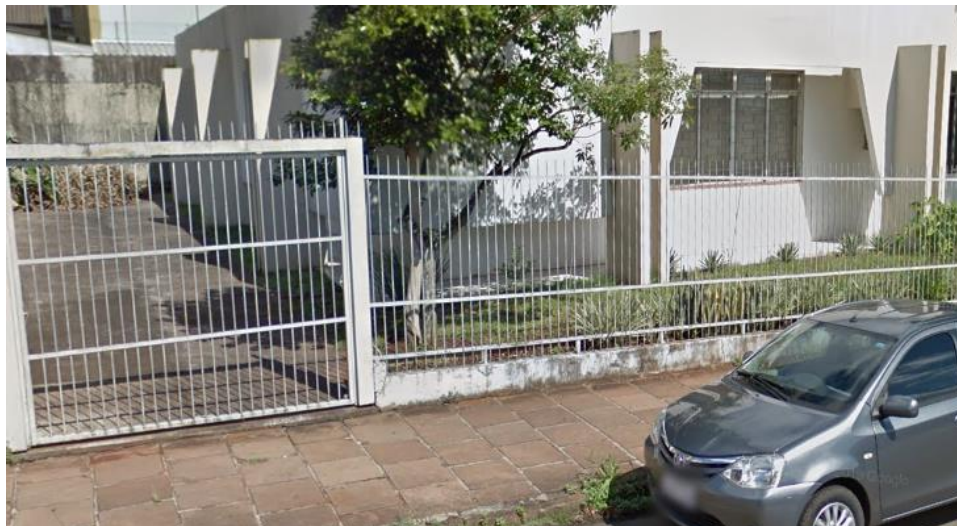
a) Acesso ao imóvel: Na fachada principal, o imóvel possui uma (01) porta principal, porém, não é acessível, apresentando degraus de alturas variadas, e a rampa existente não atende às norma técnicas; prédio antigo e que está no cronograma do DINFRA, para obras de acessibilidade. Atualmente, estão sendo concluídas as obras do PPCI; o passeio público não possui linha tátil.

IMAGEM 7



b) Posterior do edifício, pelo estacionamento, possui uma pequena rampa de acesso ao estacionamento, construída dentro dos critérios de inclinação de rampa, conforme a NBR 9050/2015, dando acesso ao passeio, ao redor do prédio, e conduzindo os PNE a entrada principal; entretanto, não atende o quesito linha de direção.

IMAGEM 8



c) A auditoria não possui banheiros para PNE, e, toda obra para a implantação, requer estudo técnico e projeto de engenharia, pois o prédio é antigo e os banheiros existentes não suportam qualquer alteração devido ao tamanho.

5 – CONCLUSÕES

O Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul tem 75% de suas edificações antigas, quando não havia exigências quanto à observação da acessibilidade nos edifícios públicos, e, dos 25% restantes, trata-se de um prédio de privado misto (residencial e loja).

Mas, procurando se adequar as normas técnicas, sob a coordenação da comissão, foram feitas mudanças físicas possíveis nos prédios próprios, e, nos alugados, foram questionadas mudanças junto ao locador.

Foi alinhada, conforme orientação do DINFRA, a contratação de consultor técnico para a implantação dos pisos podotácticos e outras ferramentas de acessibilidade para o TJM e Auditorias.

Quanto à capacitação pessoal, foram realizadas palestras, sobre acessibilidade e portadores de necessidades especiais, em todos e diferentes graus.

Ainda, foram sugeridos cursos de formação, fornecimento de links de palestras e orientações para os agentes públicos, para identificar e saber como ajudar e orientar.

Como salientado durante o relatório, acessibilidade não se reduz apenas a piso tátil e rampa, conforma-se de um conglomerado de ações e obras, com a finalidade de tornar o PNE, durante o ingresso nas dependências do TJM e Auditorias, totalmente independente.



Porto Alegre, 03 de novembro de 2021.

Cel JOSÉ CARLOS ALBINO
COORDENADOR

DES. MARIA EMILIA MOURA DA SILVA
PRESIDENTE

AÇÕES REALIZADAS

Liste as atividades realizadas pelo tribunal no período indicado nas orientações.

Caso o tribunal tenha realizado mais de uma ação, deverá explicitar cada uma, conforme modelo a seguir:

AÇÃO 1: Palestra sobre Judiciário acessível: efeitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão no Poder Judiciário.

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com



deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Dias 12/03/2021 – 15h

Plataforma virtual – Zoom

<https://intranet/intranet/noticia/live-do-tjm-debateu-acessibilidade-no-judiciario-15-03-2021>

PROCEDIMENTO ADOTADO

Divulgação e proporcionar o conhecimento das temáticas da acessibilidade no judiciário e aspectos gerais da Lei Brasileira de Inclusão. Em conformidade com convenção da ONU, a deficiência é uma questão social: que envolve corpo mente e sociedade.

Ações propostas pelo presidente do TJM na época, como a criação do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina, o edital de estágio com vagas para candidatos cotistas, além da atuação do Comitê de Acessibilidade.

OBSERVAÇÕES

Tribunal de Justiça Militar ainda “engatinha” no campo da acessibilidade e que eventos como esse contribuem para o amadurecimento da instituição.

ATA PALESTRA

Título	Palestra sobre Judiciário acessível: efeitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão no Poder Judiciário.
Data	12/03/2021 – 15h
Local	Plataforma virtual - Zoom

<p>Participantes</p>	<p>Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca/TRT9-Paraná Des. Militar Fábio Duarte Fernandes Juiz Francisco José de Moura Muller Dra. Cíntia Teresinha Burhalde Mua, representante da Ajuris Servidores do TJM/RS. Público externo.</p>
<p>Imagens</p>	

APRESENTAÇÃO E ABERTURA

O evento foi aberto pelo Des. Militar Fábio Duarte Fernandes – Presidente do Tribunal de Justiça Militar do RS – que inicialmente deu as boas vindas aos presentes e fez uma breve introdução, destacando o momento de dificuldades que a sociedade como um todo enfrenta, por conta pandemia de coronavírus (Covid19), elencou ações, como a criação do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina, o edital de estágio com vagas para candidatos cotistas, além da atuação do Comitê de Acessibilidade. Por outro lado, ressaltou que a Justiça Militar ainda “engatinha” no campo da acessibilidade e que eventos como esse contribuem para o amadurecimento da instituição. “Acredito que possamos nos apropriar dessas limitações, dessas dificuldades, dessas incompreensões que todos nós temos (magistrados, magistradas, servidores, servidoras), com o objetivo de nos desenvolver e consolidar melhor as nossas as ações de



inclusão e acessibilidade”, quero agradecer também a presença da Dra. Cíntia Teresinha Burhalde Mua, representante da Ajuris e também Coordenadora dos Núcleos de Estudos sobre Processo Coletivo e Neurociência Aplicada ao Direito. Seguindo com a apresentação do nosso Palestrante o Desembargador Ricardo Marques é doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, especialista e mestre em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade do São Paulo. Ato contínuo, passou a palavra ao palestrante – Des. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca.

DELIBERAÇÕES

O Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca em sua explanação, comentou sobre sua trajetória pessoal e profissional, os desafios da pessoa com deficiência no país, além de um apanhado objetivo sobre a lei brasileira de inclusão, e os efeitos da convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência. Participou da Convenção de direitos da pessoa com deficiência da ONU, indicado pelo Governo Brasileiro para acompanhar a conclusão desse tratado. O Desembargador Ricardo Tadeu foi o primeiro magistrado cego no Brasil.

Historicamente os deficientes sempre foram tratados como “estorvos”, havia um consenso onde os mesmos deveriam ser eliminados. Essa prática ainda é atual em alguns povos, como nas tribos indígenas e até mesmo em alguns povos considerados avançados, como na Nova Zelândia, onde o aborto é legalizado caso o feto seja diagnosticado com alguma deficiência. Para o cristianismo, na idade média, a deficiência era considerada uma “punição divina”.

A acessibilidade para deficientes físicos começa a surgir durante a revolução industrial, com a criação de muletas, cadeiras de rodas, bengalas e etc... Também, acolhem-se os soldados de guerras (geralmente deficientes por conta da guerra). **O atendimento aos heróis de guerra está muito ligado aos direitos das pessoas com deficiência.** A proteção e o cuidado de grupos vulneráveis está na raiz do Direito do trabalho e dos direitos humanos, é um direito Social.

A partir dos anos 80 os deficientes começam a reivindicar seus Direitos, tendo em vistas que outros grupos sociais já possuíam os mesmos (negros, crianças, mulheres...). Em 2006, finaliza-se a Convenção Internacional de Direito da Pessoa com Deficiência. Este tratado foi redigido por pessoas que também possuíam deficiências. A ideia central do tratado é a superação do aspecto clínico da visão que pautava as políticas públicas; o que se estabelece é que a deficiência é uma questão



social, que envolve: Corpo, mente e sociedade, ou seja, na Convenção se estabeleceu que a deficiência resulta dos impedimentos e barreiras, onde houver barreiras se devem ser eliminadas, como por exemplo: Discriminação.

A convenção também estabelece no seu artigo n.º13 que o Poder Judiciário deve ser plenamente acessível a pessoas com deficiências, tanto jurisdicionados como servidores ou magistrados, jurisdição a todos.

A recomendação n.º230 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu a criação obrigatória de Comissões de acessibilidade em todos Tribunais do Brasil. Também estabeleceu regras pra receber pessoas com deficiências em todos os níveis: Servidores, magistrados e Jurisdicionados. Na Convenção 243 que assegura que pessoas tenham dependentes com deficiências severas ou doenças severas à redução de jornada.

Em sua explanação, comentou sobre sua trajetória pessoal e profissional, os desafios da pessoa com deficiência no país, além de um apanhado objetivo sobre a lei brasileira de inclusão, e os efeitos da convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência. “O que se estabelece a partir da convenção da ONU é que a deficiência é uma questão social: que envolve corpo, mente e sociedade”, destaca. Tal definição, segundo ele, propicia a superação do aspecto clínico na abordagem e elaboração das políticas públicas sobre deficiência.

ENCERRAMENTO

Por fim, o Des. Militar Fábio – Presidente do TJM/RS agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando o evento, que contou com intensa participação tanto do público interno como daqueles que acompanharam através do perfil do TJM no Facebook. Para terminar, foi lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.



AÇÃO 2: 1ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021

OBJETIVO

O planejamento de ações da comissão para 2021 bem como uma discussão sobre investimentos em acessibilidade já realizados no último período.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

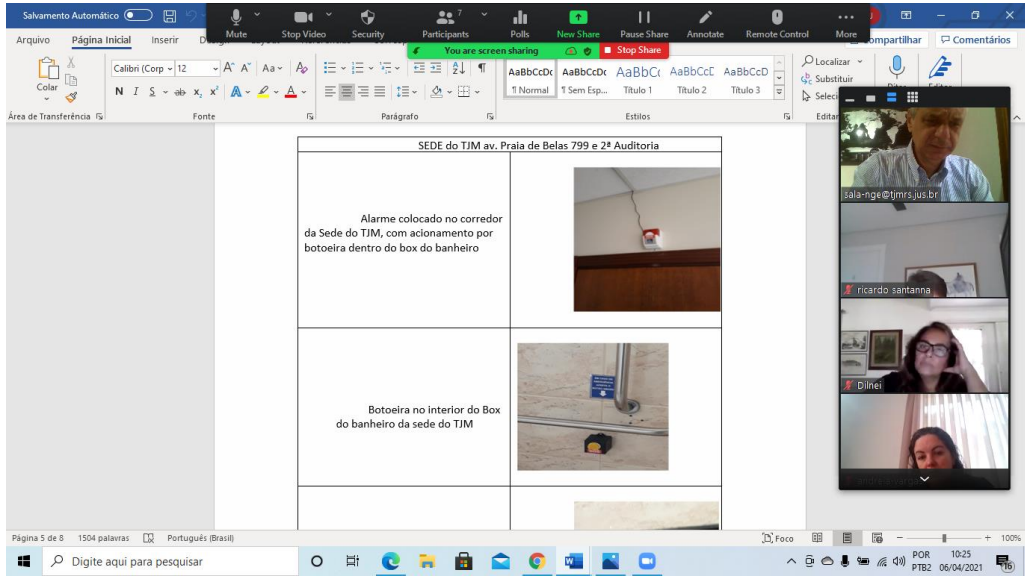
06/04/2021 – 10h

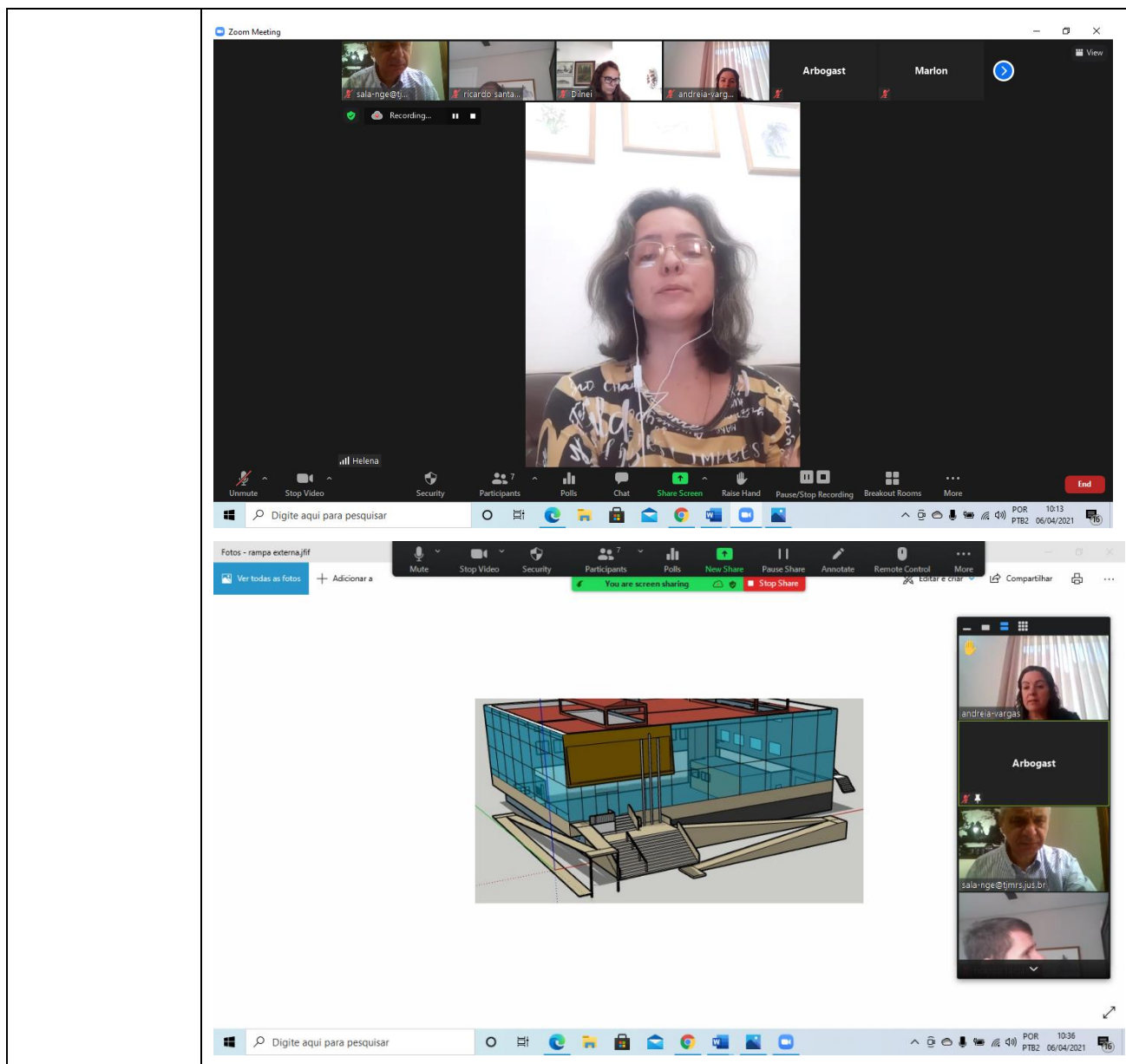
Plataforma virtual - Zoom

PROCEDIMENTO ADOTADO

Reunião da Comissão para análise e sugestão à implementação do piso tátil, de imediato, e também a compra e uso elevadores acessíveis e plataforma/cadeira elevatória para escadas.

ATA DE REUNIÃO

Título	1ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021
Data	06/04/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom
Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva Juiz Alexandre Aronne de Abreu José Carlos Albino Andréia Consoladora Vargas Ricardo Toffani Santana Helena Machado Medina Joao Gilberto Aborgast Fontoura
Imagens	



APRESENTAÇÃO E ABERTURA

A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.

DELIBERAÇÕES



- Relato da pesquisa da Helena sobre projetos que são desenvolvidos por outros Tribunais na área de Acessibilidade;
- Relato do Arbogast sobre as reformas dos banheiros.
- Planejamento estratégico (ações de acessibilidade);
- Apresentação das fotos dos serviços já executados no TJM/RS.

Após a apresentação dos assuntos que seriam discutidos na reunião, o Coronel passa a palavra para a Dr^a. Helena.

A Dr^a. Helena começa a relatar sobre sua pesquisa junto com o Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região. O Tribunal disponibiliza vídeos educacionais sobre capacitação, inclusão de deficientes visuais na sociedade, entre outros. Também promovem cursos EAD de acessibilidade e inclusão no ambiente jurídico e círculo de leitura online, abordando o tema “deficiência”. O TRT promoveu e divulgou eventos EADs com o tópico de autismo e o evento de Encontro Nacional de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão na Justiça do Trabalho. O Tribunal promove a cada dois anos um encontro com servidores que possuem algum tipo de deficiência. Com base nesse encontro, algumas medidas foram tomadas para que o local tenha mais acessibilidade, como: Contratação de intérprete de Libras durante o segundo encontro dos servidores com deficiência, disponibilização de cotas em braille da programação do segundo encontro dos servidores, dentre outros. A partir de 2021, em reunião realizada com os integrantes da escola judicial referido ao programa de logística sustentável do TRT, foram elencadas diversas ações de melhorias relacionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência aos cursos que incluem acessibilidade física e digital, entre elas: Ampliar a oferta de intérprete de libras em eventos, promover a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, promover à acessibilidade do ambiente virtual de aprendizagem da escola judicial, solicitar o estudo de viabilidade técnica e orçamentaria para a melhoria da acessibilidade às pessoas com deficiência, promover a edição anual do fórum em defesa da inclusão, legendar os vídeos produzidos pelo núcleo de EAD para os cursos à distância na escola judicial e oferecer para ao menos uma turma do curso EAD e acessibilidade e inclusão ao ambiente jurídico. A estrutura do local tenta disponibilizar o máximo de acessibilidade, como: Rampa de acesso, vaga reservada para as pessoas com deficiência, existência de degrau de acesso, entre outras condições. Após o término do relato da Dr^a Helena, os demais participantes debatem sobre os projetos de acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região de podem ser utilizados no Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, algumas medidas já foram adotadas para maior acessibilidade.

A desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, após a explanação da Helena, menciona que eles têm uma gama de ações imensa e também tem verbas para executar e uma estrutura que é muito maior que a nossa inclusive logística,



prédio, tudo diferente, “acho que a gente tem que fazer uma adaptação no que tem aí para nós, algumas coisas já foram executada”, seria interessante encaminhar para o Presidente uma proposta para que se estabeleça metas e ações para nosso TJM, incluindo as coisas que já foram feitas.

O Coronel Albino pediu para que, se possível, a Dr^a Helena pudesse destacar as medidas que podem ser usadas no TJM.

O Coronel revela que alguns projetos de acessibilidade que foram elencados no ano de 2020 já foram executados, como: Banheiro com maior acessibilidade.

Então, o senhor Arbogast começa a relatar sobre a conclusão do projeto do banheiro com maior acessibilidade. Arbogast relata que foram instaladas barras de auxílio a pessoas com deficiência conforme a NBR de acessibilidade, vasos sanitários com maior acessibilidade, porta do banheiro, pia mais acessível dentre outras mudanças... O mesmo diz que o banheiro mais acessível para pessoas com deficiência física (cadeirantes), porém, não tanto para pessoas com deficiências visuais.

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva finaliza o assunto com a sugestão para colocar o piso tátil, de imediato, e também a compra e uso elevadores acessíveis e plataforma/cadeira elevatória para escadas.

A Andréia comenta sobre a possibilidade de uso da rampa, para maior acessibilidade para deficientes físicos para ingressar no TJM/POA. A mesma relata que deficientes físicos entram pelos fundos do TJM e não pela porta principal. Andréia reforça a importância da implementação da rampa, finaliza propondo o uso de piso tátil em outros Tribunais, como na Auditoria de Santa Maria ou Passo Fundo. Tendo em vista que a infraestrutura do TJM de Porto Alegre não seja adequada para a colocação do piso tátil.

O Coronel, então, comenta sobre a pauta da reunião: Planejamento estratégico. Foram elencadas algumas sugestões, como: Promover a acessibilidade no ambiente virtual, disponibilizando ferramentas para a leitura de telas fornecidas sob a demanda dos usuários e também promover a acessibilidade nas estruturas físicas e funcionais dos imóveis do JME. Podem-se incluir alguns projetos que foram apresentados na pesquisa da Dr^a Helena e outras ideias que foram discutidas durante a reunião.

Arbogast conta que no TJM está tudo conforme NBR Acessibilidade, exceto o piso tátil.

ENCERRAMENTO

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva questiona se não é viável colocar o piso tátil de imediato e Arbogast diz que precisa fazer o projeto para



contratar a empresa para a construção do mesmo. No final da reunião, volta-se o assunto da implementação de cadeira/plataforma elevatória e elevador acessível.

Metas para a próxima reunião:

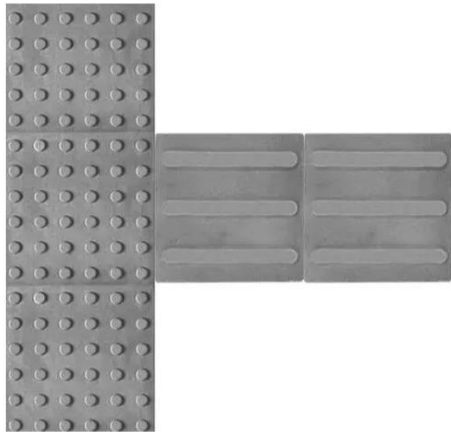
- Fazer contato com as auditorias do interior;
- Elaboração de uma resolução;

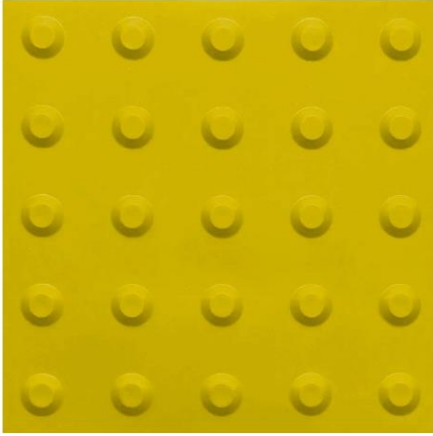

Por fim, deixando marcada a próxima reunião para o dia 13/04/2021, às 10h, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando os trabalhos às 11h, mandando que fosse lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.



ANEXO 2


Projetos Acessibilidade 2020



Ação	Descrição	Valor
	Piso tátil de alerta/direcional —	
	EXTERNO - Material: Cimentício com agregado de mármore e granito - Tipo: Placa - Modelo: Alerta ou direcional - Cor: Amarelo - Dimensões: 25,0 x 25,0 cm - Espessura: 3,0 cm - Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2004 — sinalização piso tátil de alerta - Peso por/m ² = 76Kg - Fabricante: Tecnoqram (ou equivalente) - Aplicação: Com o uso serra marmore, cortar o local a ser colocado, assentar com cimento e areia(3:1) Deixar 12 horas intransitável. - Rejuntamento: Iniciar o rejuntamento após 12 horas do término do assentamento dos pisos. Deve ser executado em duas ou mais etapas, utilizando-se material específico (cimento comum cinza ou cimento branco estrutural) e variando a quantidade de água (rejunte inicial mais mole para fechamento total). Remover os excessos antes de secar. Obs.: Nos locais onde não for possível fazer recorte com serra mármore, retirar a peça do piso existente e fazer novo acabamento e recomposição do mesmo. Quantidade por unidade JME Sede JME - 107,10m lineares 428,5 unidades 2ª Auditoria -48,00 m lineares 192 unidades 3ª Auditoria -20,00 m lineares 80 unidades	R\$14.416,87

	<p>4ª Auditoria - 87,00m lineares 348 unidades</p> <p>Total 262,10 metros 1048,5 unidades X R\$ 5,50 =5.766,75</p> <p>Obs: já com 20% incluído de sobra</p> 	
<p>Piso Tátil</p>	<p>INTERNO - Material: Borracha macia, atóxica, reciclada e granulada -Tipo: Placa - Modelo: Alerta ou direcional - Cor: Azul ou amarela (a ser definido)- Dimensões: 25,0 x 25,0 cm - Espessura: 2mm - Textura e desenho: conforme NBR 9.050/2004 — sinalização poddo tátil de alerta ou direcional - Aplicação: colado com cola de contato para borracha, conforme especificação do fabricante - Fabricante: Brasibor (ou equivalente) - Instruções para instalação: 1 - Abrir uma quantidade suficiente de caixas de placas de piso para dispor da quantidade de material necessário para cobrir cada área. 2 - Misturar as peças das diversas caixas para garantir que não ocorram variações de tons em nenhuma área específica. 3 - Com o auxílio de o esquadro fazer uma marcação com fita adesiva na área que receberá ataque químico com solventes e adesivos. Examinar as superfícies e as áreas adjacentes onde os produtos serão instalados e verificar se estão protegidas, vedadas. Retirar qualquer tinta, ceras, seladores e compostos de cura não compatível com o adesivo a ser utilizado. Usar solvente, espátula e trapos. Espalhar adesivo no piso na quantidade suficiente para permitir a instalação dos materiais de piso antes da secagem inicial. Evitar respingos fora do piso, como em paredes, esquadrias, etc... 6 - Espalhar adesivo no verso das placas de borracha. Verificar se o piso e placas de borracha estão levemente secos e inicie a colagem peça por peça. 7 - Aplicar pisos de borracha sobre base de concreto somente após atingir cura superior a 28 dias O piso tátil deverá ser instalado sobre superfície lisa e firme. 8 - Verificar se o piso está isento de óleo, graxa, poeira ou outras substâncias que possam prejudicar a adesão das placas de borracha. 9 - Ajuste o layout das peças de forma á evitar a necessidade de unidades menores que ½ peça. Quantidade por unidade JME</p> <p>Sede JME - 141,10 lineares 565 unidades</p>	<p>R\$26,625,00</p>

	<p>2ª Auditoria -30,00 lineares 120 unidades</p> <p>3ª Auditoria - 44,00m lineares 176 unidades</p> <p>4ª Auditoria – 51,00 m lineares 204 unidades</p> <p>Total 266,10 metros 1065 x R\$ 10,00 = 10.650,00</p> 	
	<p>FITA DE PISO ANTIDERRAPANTE ESCADA - Material: Policarbonato - Tipo: faixa - Cor: Amarela - Dimensões: 20 x 2 cm - Textura e desenho; conforme NBR 9,050/2004 — sinalização visual de degraus - Fabricante: Andaluz Acessibilidade (ou equivalente) - Aplicação: fita dupla face ou cola de contato Como sinalização visual de alerta nos extremos dos degraus da Escada.</p>	<p>R\$4.300,00</p>
<p>Corrimão</p>	<p>• Corrimão metálico – ESCADA - Material: Aço - Tipo: Inox e Galvanizado - Modelo: Tubular de 2” para passa mão e 1,2” para fixação - Cor: cromado - Dimensões: Fixação: h=85,5 cm d=1,2”; h=73 cm d=1,2” Passa mão: 210 cm d=2”</p> 	<p>28.800,00</p>

		
<p>Reforma dos Banheiros Masculino e Feminino do 1º e 2º piso de acordo com NBRs NBR 9050 E demais que atendam ao assunto e LEI COMPLEMENTAR Nº 284. Institui o Código de Edificações de Porto Alegre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Barras de apoio para PNEs em aço inox: - Material: tubo de seção circular 3,5 cm de diâmetro externo em aço inox e chapa de aço inox diâmetro 9cm soldada ao tubo - Afastamento: afastado 4cm da pia ou parede. - Barras para lavatório: INSTALAR com altura de 80cm Barras para vaso sanitário: REPOSICIONAR com altura de 75 cm - Fixação: com buchas plásticas e parafusos adequados nas paredes. - Aplicação: Nas barras de apoio junto ao lavatório e ao vaso do sanitário <p>As barras de apoio dos vasos sanitários já existem no local, devendo somente ser reposicionadas. Ao contrário das barras de apoio dos lavatórios, inexistente no local.</p> <p>Prevendo a reforma dos banheiros que serão afetados.</p> <p>1 banheiro da sede e 1 banheiro da 2ª Auditoria.</p>	<p>Sede R\$8.380,00</p> <hr/> <p>2ª Auditoria R\$8.380,00</p>
<p>Plataforma de Elevação ABNT NBR 9050:2015 - NBR ISO 9386-1</p> <p>Obra: Acessibilidade TJM RS * Layout Técnico do Projeto Mecânico * ART, Manual de Operação e Instalação * Capacidade Máxima: 200kg * Sistema: Eletro-Mecânico * Distância de Inclinação: 3,5 metros * Tensão elétrica: 220/ 380V * Material: Aço</p>	<p>Plataforma de elevação para cadeiras de rodas, que atenda do 2º para o 3º pavimento</p> 	<p>R\$R\$ 218.700,00</p> <p>Somente para a escada reta escada em L não fazem por ser muito cara</p>

<p>Carbono * Largura da Base: 0,80 metros * Comprimento da Base: 1,00 metros * Base Dobrável * Pintura: Branco (Padrão) * Piso: Chapa de Aço Carbono Xadrez * Painel/ Comando Elétrico * Sensores de paradas * Sensores de segurança * kit básico de peças de reposição * Instalação técnica no local * Suporte Técnico Remoto 24h * Garantia: 12 meses</p>	 <p style="text-align: center;">IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS</p> <p>NÃO INCLUSO NA PROPOSTA</p> <p>* Não estão inclusos os serviços, projetos ou documentações especificadas abaixo:</p> <p>1.1. Materiais, Mão de obra e acessórios para instalação, que estejam fora do escopo do projeto;</p> <p>Nota: Será de responsabilidade do cliente toda obra de alvenaria, andaimes de concreto ou parede de alvenaria para fixação da coluna, disponibilidade de ponto de energia trifásico 220 volts ou 380 volts até ao local de instalação da Plataforma.</p> <p>1.2. Mão de obra elétrica para instalação na obra (no local);</p> <p>1.3. Projetos e Aprovações junto aos órgãos competentes ou serviços como: Projeto Executivo / Projeto de Elétrica / Projeto de Hidráulica / Alvará de execução / Órgãos de Trânsito/ Sanitária / Bombeiros / CETESB / DUSM / Para-raios / Contru, etc.);</p> <p>1.4. Todas as Despesas, Taxas e Emolumentos relativos ao Projeto junto aos órgãos competentes (Prefeitura do Município/ Órg: de Trânsito / Sanitária / Bombeiros / CETESB / DUSM / etc.), não estão incluídas na remuneração estabelecida nesta proposta e serão de responsabilidade do cliente (Contratante).</p> <p>1.5. Os Projetos complementares como: Bombeiro, Segurança do trabalho, Instalações específicas, Treinamento para brigada de incêndio, etc, não estão inclusos nos honorários deste orçamento.</p> <p>1.6. Obra civil para ajuste e instalação do equipamento;</p> <p>1.7. Quaisquer outras solicitações não contempladas nesta proposta será motivo de orçamento complementar.</p> <p>1.8. Outros itens não discriminados nos itens acima ou Itens não claramente especificadas na proposta.</p> <p style="text-align: right;">01</p>	
<p>ESPECIFICAÇÕES DO ELEVADOR: Tipo do elevador: Elevador Hidráulico GMV; Tipo de instalação: Caixa de corrida em Alvenaria ; Acabamento da cabina (Painéis) e Portas: Inox Escovado; Capacidade: 6 pessoas (450 Kg); Percurso: 6.300</p>	<p style="text-align: center;">Elevador com acionamento Hidráulico</p>	

<p>mm; Poço: 1100 mm; Última Altura: 3.500 mm mínima; Nº de paradas: 03 (T, 1 e 2); Velocidade: 0,62 m/s ou 37 m/min; Entradas: Unilaterais; Nº de Acessos: 01 (UM) acesso; Dimensões Caixa de Corrida: 1600 x 1600 mm (L x P); Dimensões Cabina: 1000 X 1250 mm x 2200 mm (L x P x A); Abertura útil de porta: 800 x 2.000 mm; Dupla proteção contra esmagamento por barreira ótica; Portas de pavimento: Lateral automático; Portas / Marcos: Inox Escovado; Botoeira de cabine: Em braile, iluminação e display digital; Botoeira de Pavimento: Em display e indicador de subida e descida; OBS: • Sistema de resgate “automático na falta de energia elétrica; • Sistema sem casa de máquinas superior.</p>	  <p>Estão incluídos no investimento: Acessória / Visitas Técnicas / Inspeção; Comercial; Projeto Executivo Projeto Elétrico Instalação do Elevador Cargueiro; Entregue ajustado com testes; ART'S; Normas Aplicadas no Elevador Cargueiro GMV: NBR 14.712, NBR 5410, NR 10.</p>	<p>R\$ 183.900,00</p>
<p>Modelo: LW 1006 Capacidade: 450 kg ou 06 pessoas Velocidade: 60 m/min Percurso: 6,5 m Número de entradas na cabina: 01 (unilateral) Número de paradas: 03 (três) Acionamento:</p>		<p>R\$ 168,700</p>

Elétrico com controle em VVVF de alta tecnologia de arranque e parada Operação: Comando automático seletivo na descida – Microprocessado, montado em painel metálico a ser instalado junto à porta do andar superior. Dotado de resgate pulsado em caso de falta de energia elétrica, que permite o movimento da cabina até o próximo andar juntamente com a liberação dos usuários. Tensão de controle: 12 Vcc Aplicação: Em caixa de corrida de alvenaria, por conta do cliente, a ser executada conforme projeto fornecido pela ORTOBRAS. Dimensões internas do poço: 1600 x 1600 mm; Última Altura de 4100 mm; Rebaixo necessário de 1400 mm; Norma Atendida: NBR 16042; NBR 207 Porta de pavimento: Automáticas, com 800 x 2000 mm do tipo de correr horizontal de abertura lateral, de acionamento simultâneo com a da cabina, serão executadas em aço inoxidável escovado.

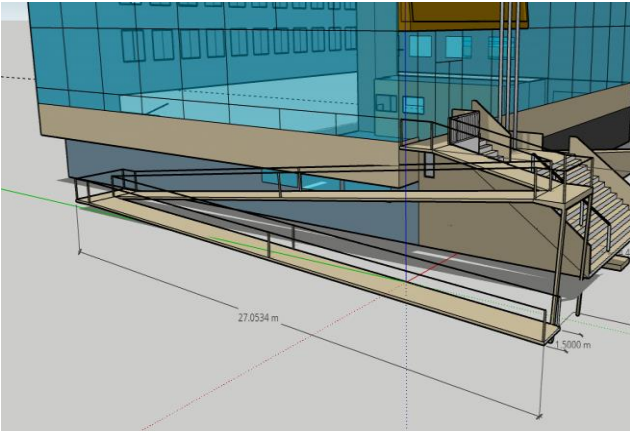
Elevador Eletromecânico



Imagem meramente ilustrativa

Impostos inclusos Frete Incluso Instalação Inclusa
Obras Cíveis e Elétricas Excluídas

<p>Botoeiras de pavimento: Espelho de aço inoxidável escovado, botões de micro curso com confirmação luminosa de chamada na cor vermelha, braile e indicador de posição digital. Cabina: MODELO EMMENDINGEN A cabina terá 2200 mm de altura nas dimensões 1000 x 1250 mm e será executada em aço inoxidável escovado dotada luz de emergência e ventilador. O teto terá o mesmo acabamento da cabina que comportará iluminação com LEDs de alta emissão. Rebaixo para colocação de pedra a cargo e por conta do cliente. O terço central do painel oposto ao de entrada será dotado de espelho de segurança incolor. Botoeira de cabina: Executada em aço inoxidável escovado, com toda a altura da cabina, com display de matriz de pontos vermelho com indicação de posição e direção, botões de micro curso com confirmação luminosa de chamada na cor vermelha, braile e</p>		
--	--	--

<p>intercomunicador de duas vias. Máquina de tração: Do tipo gearless compacta (sem redutor mecânico e sem óleo), com motor síncrono de alto torque, que será instalada no interior da caixa de corrida sobre as guias, dispensando a necessidade de existência de casa de máquinas.</p>		
<p>RAMPA DE CONCRETO COM GUARDA CORPO E CORRIMÃO DE AÇO INOX, COM PISO TÁTIL.</p>	<p>Rampa de concreto com corrimão e guarda corpo em aço inox, piso tátil cimentício. Atendendo os ângulos de inclinação, distâncias e patamares previstos na NBR de Acessibilidade ABNT NBR 9050 e seus complementos, dando possibilidades de adentrar o prédio do TJM AV. Praia de Belas , 799, Porto Alegre.</p> <p>Medidas: Comprimento – 66,00 m (sessenta e seis metros) Largura – 1,50 m (um metro e meio) Espessura – 0,10 m (dez centímetros)</p>  <p>• Corrimão metálico – Rampa - Material: Aço - Tipo: Inox e Galvanizado - Modelo: Tubular de 2” para passa mão e 1,2” para fixação - Cor: cromado - Dimensões: Fixação: h=85,5 cm d=1,2”; h=73 cm d=1,2” Passa mão: 210 cm d=2” Nas medidas previstas na NBR 9050</p>	

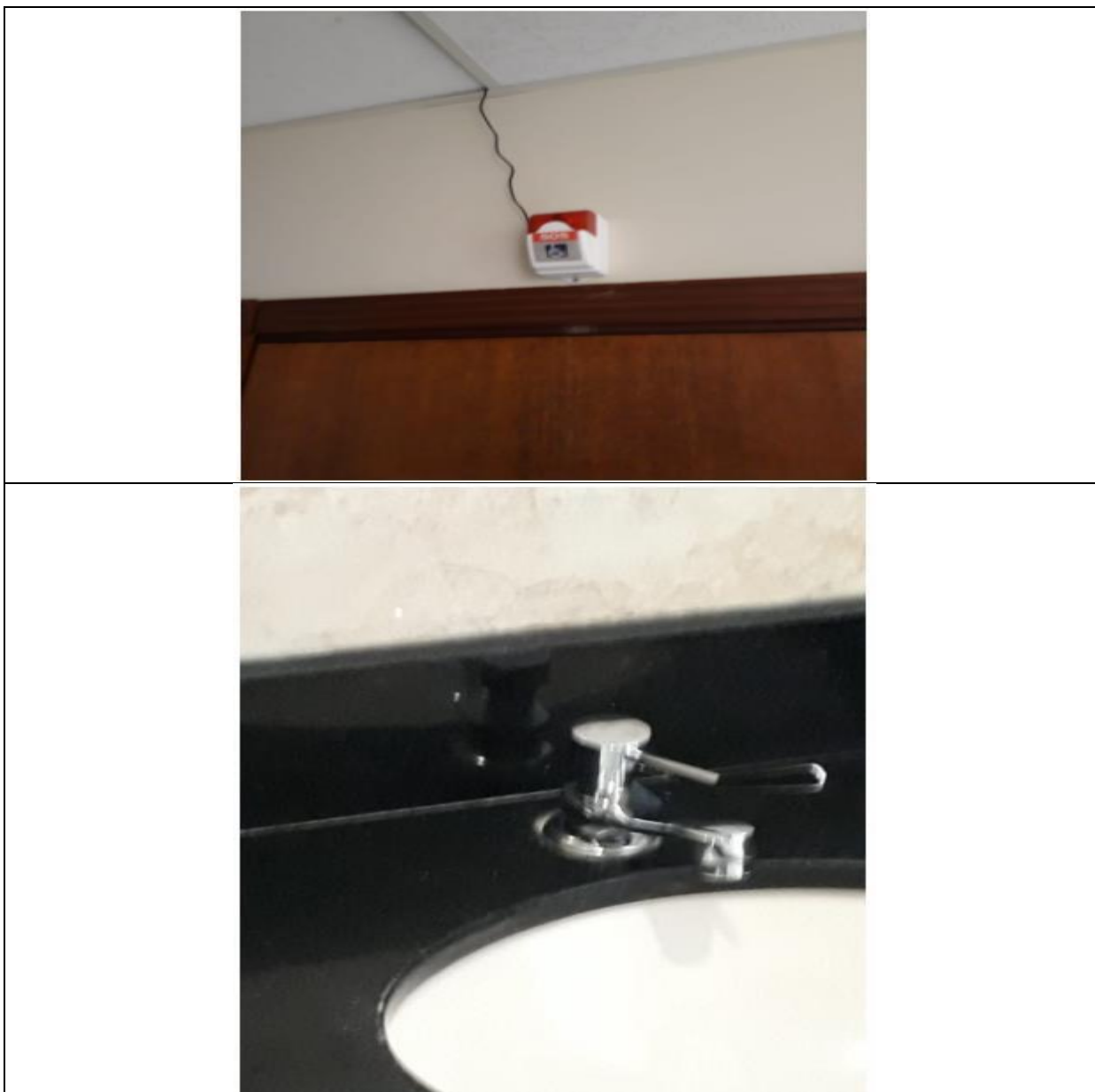
		
	Total das obras	164.576,00
	Plataforma de acessibilidade é a multiplicação do valor por 3 x (72.900,00) por lance de escada	218.700,00
	Elevador Hidráulico	183.900,00
	Elevador Eletromecânico	168.700,00

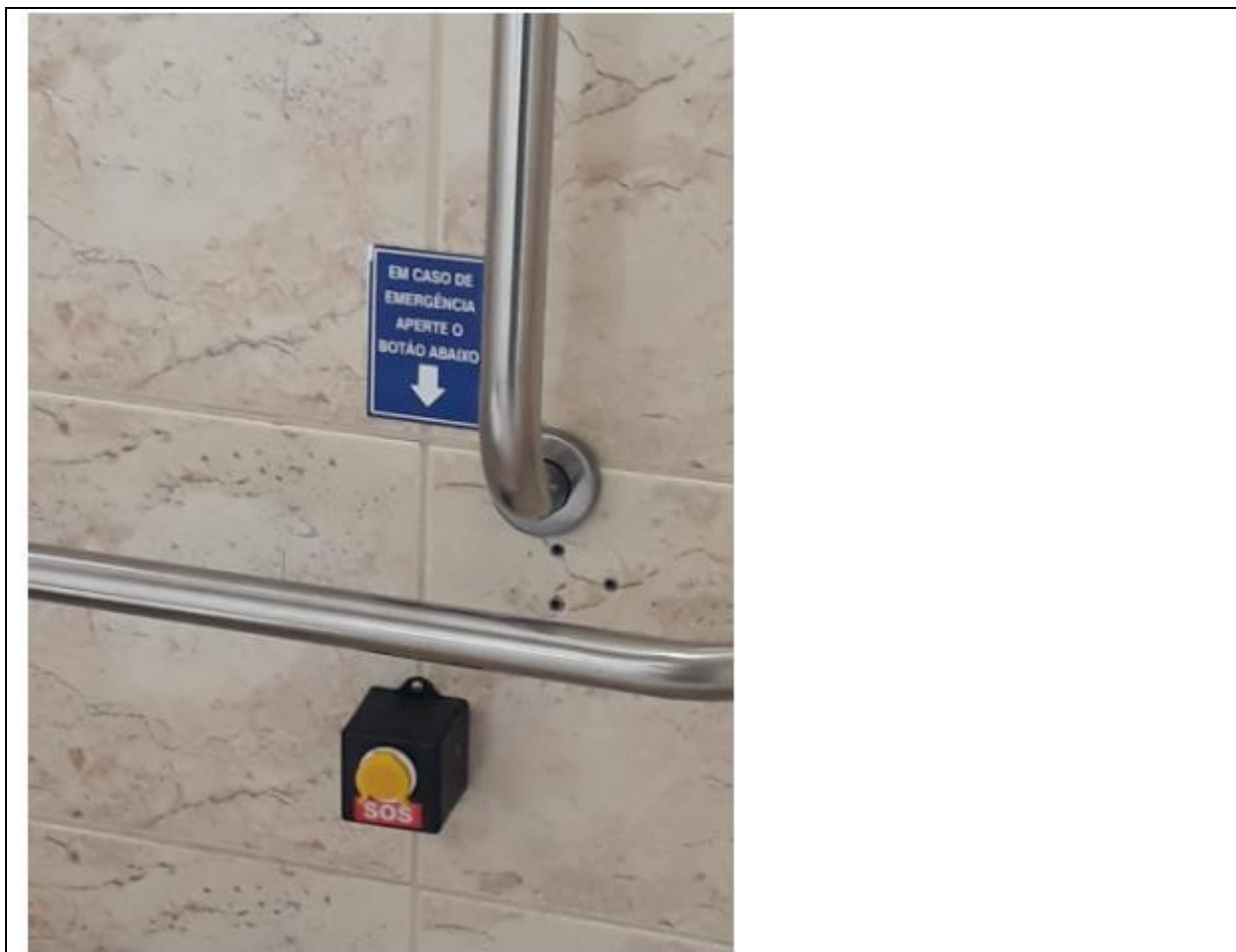
Obs: deverá ser somado, ao total das obras, o valor de uma das opções, plataforma, elevador hidráulico ou elevador mecânico.

ANEXO 3

COLOCAÇÃO DE BARRAS DE APOIO, TORNEIRAS E ALARMES CONFORME NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE

SEDE do TJM av. Praia de Belas 799

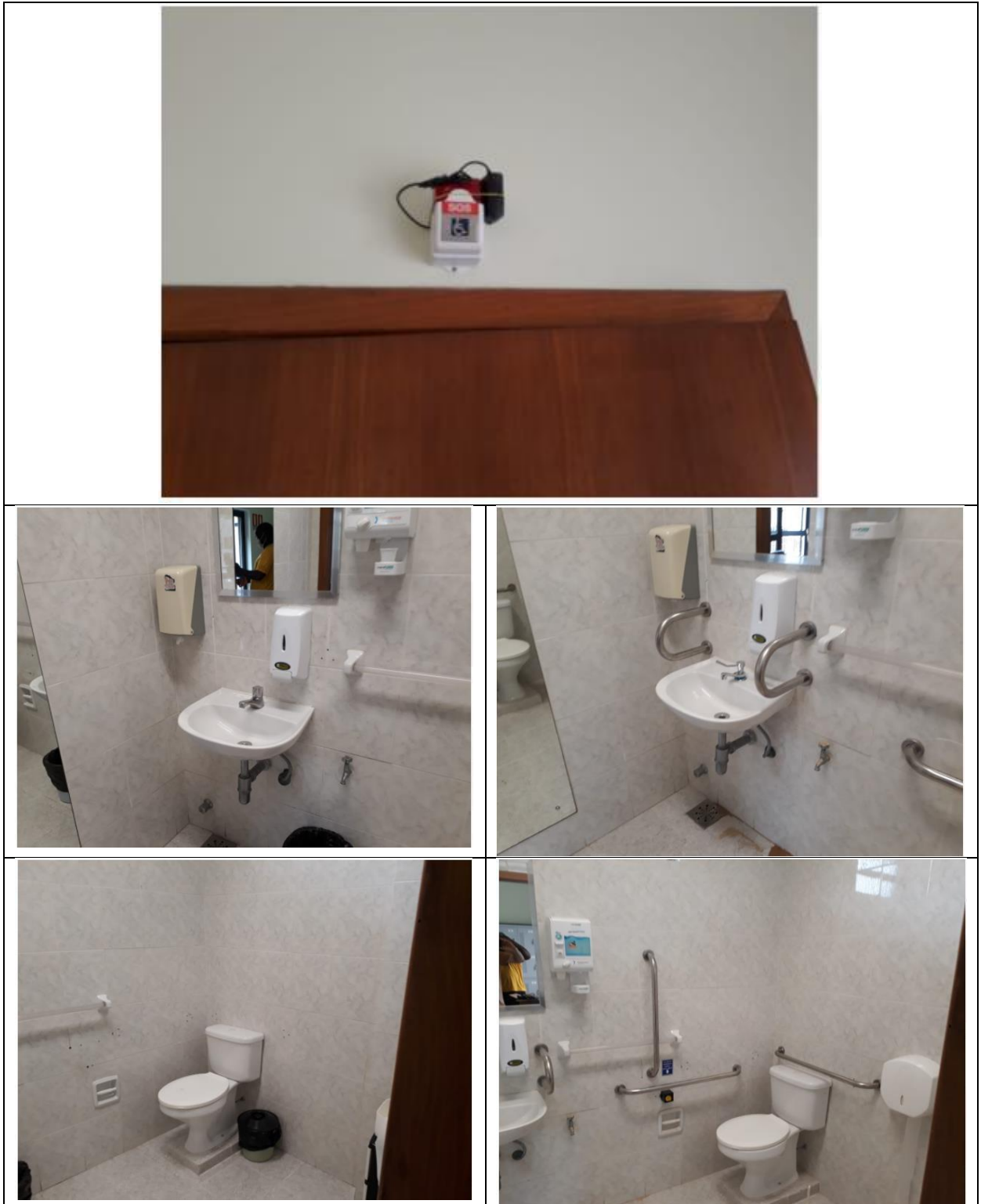








SEGUNDA AUDITORIA- Rua Cel André Belo 72.



ANEXO 4



AÇÃO 3: 2ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021

OBJETIVO

O planejamento de ações da comissão para 2021 bem como uma discussão sobre investimentos em acessibilidade já realizados no último período.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

13/04/2021 – 10h.

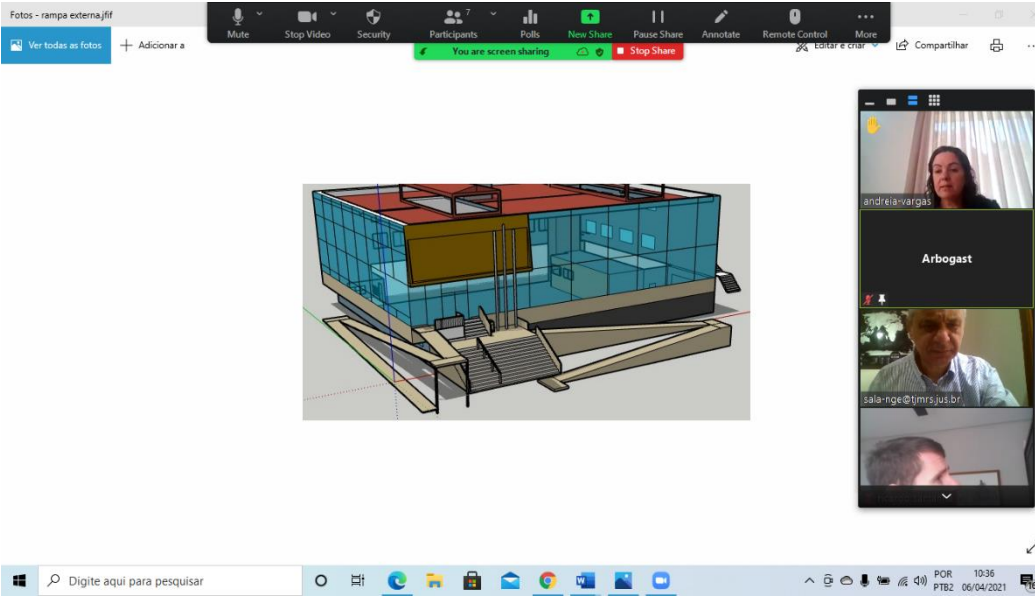
Plataforma virtual - Zoom

PROCEDIMENTO ADOTADO

No final da reunião, o Cel. Albino, junto com o Arbogast, encaminharão um SEI para a Direção-Geral, com projetos já deliberados na comissão e aprovados. Dando sequência ao que já foi discutido no primeiro encontro, foi deliberado que a Assessoria de Comunicação do TJM irá elaborar ações de sinalização apontando para melhorias estruturais já finalizadas nas unidades da JME. Caberá à Ascom ainda um estudo mais aprofundado de produção de conteúdo voltado à acessibilidade, a ser veiculado no site, nas redes sociais e nos monitores disponíveis no prédio do TJM.

ATA DE REUNIÃO

Título	2ª Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2021
Data	13/04/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom

Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva José Carlos Albino Andréia Consoladora Vargas Ricardo Toffani Santana Helena Machado Medina Joao Gilberto Aborgast Fontoura Fabiana Magalhães Schneider Marcelo Roberto Model Nepomuceno
Imagens	 A screenshot of a Zoom meeting interface. The main window displays a 3D architectural rendering of a building with a prominent external ramp and stairs. The interface includes a top toolbar with options like Mute, Stop Video, Security, Participants, Polls, New Share, Pause Share, Annotate, Remote Control, and More. A green notification bar indicates 'You are screen sharing'. On the right side, there is a vertical list of participants, including 'andreiavargas', 'Arbogast', and 'sala-nige@tmrj.jus.br'. The Windows taskbar at the bottom shows the search bar and various application icons.

APRESENTAÇÃO E ABERTURA

A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.

DELIBERAÇÕES

- O Cel. Albino inicia a reunião retomando os encaminhamentos da reunião anterior:
- Convidar o Marcelo da assessoria de imprensa;
- Arbogast ficou empenhado de fazer alguns projetos de melhor acessibilidade no Tribunal;



- Convidar as Auditorias de Passo Fundo e Santa Maria para participarem da reunião.
- Somente a auditoria de Santa Maria se fez presente;
- Encaminhamento de cursos;
- As minutas de resoluções elaboradas pela Sra. Helena.
- Pauta: o planejamento de ações da comissão para 2021 bem como uma discussão sobre investimentos em acessibilidade já realizados no último período.

E então, a Desembargadora Militar Maria Emília expõe partes da pesquisa da Sra. Helena elaborada juntamente com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E em seguida, sugere que se façam ilustrações sobre acessibilidade e passando a palavra para o assessor de imprensa Marcelo Nepomuceno.

O mesmo relata que teve acesso à pesquisa da Sra. Helena. Marcelo sugere que seja feito um trabalho sobre sinalização para que o prédio do Tribunal de Justiça Militar tenha maior acessibilidade para portadores de deficiência, para que isso ocorra, a estrutura do prédio precisa ser melhor estudada. E também considerou um vídeo ilustrativo para ser divulgado externamente e internamente no Tribunal.

Marcelo conta que no prêmio “Qualidade”, organizado pelo CNJ, o Tribunal costuma não pontuar, pois em suas sessões de audiências, julgamentos e eventos públicos tendo em vista que o Tribunal nunca atendeu termos, como: profissional de Libras, áudio descrição, e etc... O mesmo encerra sua fala.

Desembargadora Militar Maria Emília sugere compartilhar os projetos, serviços e temas elaborados durante a reunião do comitê e no site do Tribunal, e também sugere que seja levada para outras Auditorias a questão das ilustrações sobre acessibilidade.

Então a Sra. Fabiana, integrante da Auditoria de Santa Maria, diz que no local não tem muitas ações para acessibilidade e também relata que a infraestrutura do prédio da Auditoria é bem limitada para projetos para maiores projetos, como: Elevadores para cadeirantes, banheiro mais acessível, etc... Desembargadora Militar Maria Emília pede à Fabiana que faça uma espécie de desenho, um mapa da Auditoria de Santa Maria, para que a comissão possa pensar e trabalhar em projetos com base na estrutura do local. Após o pedido, os integrantes debatem projetos nos banheiros da Auditoria, para que fique mais acessível, e, durante a discussão há a ideia de colocar outros televisores nas Auditorias de Passo Fundo e Santa Maria.

A palavra é passada para o Arbogast para que o mesmo explique sobre os projetos de obras que ele mesmo elaborou. Arbogast mostra diferentes projetos para



acessibilidade na entrada do TJM, como: Elevador para que pessoas cadeirantes possam ingressar pela frente do Tribunal, tendo em vista que atualmente os cadeirantes entram pelas portas dos fundos do Tribunal. Os integrantes discutem as melhores possibilidades. O Coronel sugere que seja feito primeiramente uma rampa, por questão de praticidade, tempo e econômico. O grupo entra em um consenso para que sejam colocados os dois projetos dentro do planejamento estratégico: **A rampa e o elevador**. Logo após os integrantes comentam sobre a construção do piso tátil antes que volte o presencial e a rampa. Tendo em vista que partes dos projetos já foram aprovados. O piso deve ser implementado também nas Auditorias de Passo Fundo e Santa Maria. As obras serão encaminhadas via SEI, dizendo que foram aprovadas pela comissão. Em primeiro momento é importante, ainda esse ano, a execução das rampas no TJM.

O último encaminhamento é sobre as minutas de resolução elaboradas pela Sra. Helena, a mesma relata que já enviou o documento via WhatsApp para o comitê.

Desembargadora Militar Maria Emília se disponibiliza para juntar e adaptar à resolução que será encaminhada para o Presidente.

ENCERRAMENTO

A Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva questiona se não é viável colocar o piso tátil para esse ano até voltar o presencial. No final da reunião, o Cel. Albino junto com o Arbogast encaminharão um SEI para a Direção-Geral, com projetos já deliberados na comissão e aprovados. Dando sequência ao que já foi discutido no primeiro encontro, foi deliberado que a Assessoria de Comunicação do TJM irá elaborar ações de sinalização apontando para melhorias estruturais já finalizadas nas unidades da JME. Caberá à Ascom ainda um estudo mais aprofundado de produção de conteúdo voltado à acessibilidade, a ser veiculado no site, nas redes sociais e nos monitores disponíveis no prédio do TJM.

Metas para a próxima reunião:

- Convidar o Diretor-Geral da TJM, para participar da próxima reunião;
- Fazer contato com as Auditorias de Passo fundo;
- Elaboração de uma resolução;



Por fim, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando os trabalhos às 11h, mandando que fosse lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.

AÇÃO 4: Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista.

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

06/05/2021 – 10h

Plataforma virtual - Zoom –Facebook

<https://intranet/intranet/noticia/live-do-tjm-discute-o-transtorno-do-espectro-autista-02-05-2021>

PROCEDIMENTO ADOTADO

Que as famílias buscam o tratamento quando a criança não interage com os pais ou amigos, não fala muito, tem comportamentos repetitivos ou “estranhos”, quando a escola recomenda que os responsáveis busquem alguma ajuda profissional, pois os indivíduos que supostamente tem autismo, geralmente tem dificuldade no aprendizado.

ATA PALESTRA

A Escola Judicial Militar e o Comitê de Acessibilidade do TJM

Título	Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista.
---------------	---

Data	06/05/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom -Facebook
Participantes	Des. Militar Fábio Duarte Fernandes Des. Amilcar Macedo - Diretor da EJM Desa. Maria Emília Moura da Silva - Coordenadora do Comitê de Acessibilidade Dra. Jerusa Chamun Jobim- Terapeuta ocupacional Dr. Lucas Mendes Soares – Psicólogo Magistrados (as) e Servidores do TJM/RS. Público externo.
Imagens	

APRESENTAÇÃO E ABERTURA

O evento foi aberto pelo Des. Militar Fábio Duarte Fernandes – Presidente do Tribunal de Justiça Militar do RS – que inicialmente deu as boas vindas aos presentes e fez uma breve introdução, passando a coordenação dos trabalhos para Des. Amilcar Macedo e a Desa. Maria Emília Moura da Silva.

Des. Militar Amilcar Macedo – Diretor da Escola Judicial Militar do RS – que inicialmente deu as boas vindas aos presentes e fez uma breve introdução, sobre os



palestrantes: **Jerusa Chamun Jobim** é terapeuta ocupacional pelo IPA e é pós-graduanda em TEA pelo CBI of Miami. Trabalha com programa TEACCH e é diretora e proprietária da Clínica Espaço Crescer. **Lucas Mendes Soares**, Graduado em Psicologia e pós-graduando em análise do comportamento aplicada ao TEA e DI. Psicólogo clínico, supervisor e gestor institucional.

DELIBERAÇÕES

Dr. Lucas Soares e Dr^a. Jerusa Chamun separaram alguns tópicos que ambos acharam importantes para compreensão do Transtorno do Espectro Autista, são esses:

- Geral sobre o Transtorno do Espectro Autista;
- Critérios de diagnósticos;
- Como o diagnóstico é realizado;
- Como os familiares buscam o tratamento;
- Como é o impacto do diagnóstico nas famílias;
- Quais são os tratamentos, as intervenções disponíveis;
- Dados sobre o Autismo.

HISTÓRIA:

Dr. Lucas Soares relata que o primeiro caso que o autismo foi descrito nos Estados Unidos em 1943, por um médico austríaco chamado de Leo Kanner. No início de 1962 foi fundada a primeira associação no mundo de pais e crianças com autismo, quem começou na luta pelo movimento autista foram às próprias famílias.

CONCEITO:

O transtorno de espectro autista, também conhecido como autismo ou *TEA*, é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico e é identificado por várias características, como: A dificuldade de comunicação, atraso no desenvolvimento motor, hipersensibilidade sensoriais, comportamentos metódicos ou repetitivos, padrões inflexíveis de pensamentos, dentre outras características. O termo “espectro” remete à infinita possibilidade de características, ou seja, cada indivíduo pode apresentar comportamentos singulares em maior ou menor grau de forma conjunta ou isolada das demais características.



CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICOS:

Hoje em dia, os médicos possuem o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais onde o mesmo elenca alguns critérios de diagnósticos para ajudar os médicos no diagnóstico. Os critérios são: Prejuízo persistente na comunicação e interação social em múltiplos; contextos precisa haver estritos e repetitivos de comportamentos (descrito atualmente ou na história do indivíduo); precisa haver um prejuízo clinicamente significativo na área social, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento do indivíduo. Após esse relato, o Dr. Lucas Soares passa a palavra para a Dr^a. Jerusa Chamun, para que a mesma possa explicar sobre como o diagnóstico é realizado.

COMO O DIAGNÓSTICO É REALIZADO:

É um ponto de partida para que os médicos consigam elaborar um projeto de estimulação e estímulos adequados de acordo com o comprometimento cognitivo de cada indivíduo. Não há exames de laboratórios ou exames de imagens que diagnosticam o autismo. É um diagnóstico clínico feito, normalmente, por um neuropediatra ou psiquiatra infantil. Para fechar o diagnóstico, os médicos realizam uma entrevista com pessoas próximas ao indivíduo que supostamente tem o espectro de autismo e também observa o indivíduo.

COMO OS FAMILIARES BUSCAM O TRATAMENTO:

As famílias buscam o tratamento quando a criança não interage com os pais ou amigos, não fala muito, tem comportamentos repetitivos ou “estranhos”, quando a escola recomenda que os responsáveis busquem alguma ajuda profissional, pois os indivíduos que supostamente tem autismo, geralmente tem dificuldade no aprendizado.

COMO É O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO NAS FAMÍLIAS:

Há uma quebra de expectativa e idealizações, tendo em vista que quando uma família espera uma criança, enche-se de esperança. Após o diagnóstico do autismo, a família começa a entender que não é o que eles imaginavam que seria, começam a entender que seus filhos ou familiares terão dificuldades em certos pontos. Também há a necessidade de adequar a rotina da família para que possa dar mais atenção e cuidados aos indivíduos que foram diagnosticados com autismo. A família terá



que intervir junto, ajudando no “tratamento”, não apenas ficar ciente da doença, ocorrendo, também, a necessidade de reestruturação familiar, e o processo de aceitação.

Os profissionais que fizeram o diagnóstico do espectro do autismo em um indivíduo, tentam acolher a família: Ouvindo seus medos, tirando suas dúvidas e ajudam a família a entender esse processo. Os médicos trabalham o impacto do diagnóstico nessa família.

QUAIS SÃO OS TRATAMENTOS, INTERVENÇÕES DISPONÍVEIS:

A Dr^a. Jerusa Chamun acredita que não tenha um tratamento específico, e sim que há diversas metodologias diferentes que acabam se cruzando. Existem diversas metodologias diferentes, que são: ABA, Denver, teachh e o treinamento de habilidades comunicativas e sociais.

DADOS SOBRE O AUTISMO:

Os doutores trouxeram alguns dados sobre o autismo. Muitos desses dados foram divulgados em 2019.

- Menos de 30% dos indivíduos com autismo nunca vão adquirir linguagem verbal;
- 30% dos casos de autismo parecem apresentar uma trajetória de desenvolvimento normal até que tenha uma fase de regressão (costuma ser entre dezoito e vinte e quatro meses de idade);
- Em torno de 70% de casos de autismo vão apresentar morbidades com deficiência intelectual;
- Convulsões acontecem em aproximadamente 25% em indivíduos que tem autismo e deficiência intelectual juntos e 5% em indivíduos que tem apenas autismo;
- O autismo é causado, na maioria das vezes, por fatores genéticos quem alteram o desenvolvimento neural. A maioria dos casos não apresentam alterações estruturais no cérebro;
- A genética do autismo ainda é muito complexa, única e individual e pode ou não ser hereditária;
- As causas ambientais são raras. Mas incluem: exposição intrauterina a certas drogas e medicamentos, infecções virais e traumas no cérebro em desenvolvimento;
- As terapias precoces com comprovações científicas, não revertem o autismo em si, mas auxiliam para uma trajetória social e clínica positiva;



- Não existe remédio para o autismo em si;
- A frequência do autismo tem aumentado durante os anos devidos, principalmente, aos melhores diagnósticos e conscientizações sobre o assunto.

Após isso, o Dr. Lucas Soares e a Dr^a. Jerusa Chamun, encerram sua palestra e ficam disponíveis para conversar sobre o assunto, tirarem dúvidas e ouvirem relatos sobre o assunto apresentado.

ENCERRAMENTO

Por fim, o Des. Militar Fábio – Presidente do TJM/RS, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando o evento, que contou com intensa participação tanto do público interno como daqueles que acompanharam através do perfil do TJM no Facebook. Para terminar, foi lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.



AÇÃO 5: Live TJM conversando com a APAE de Porto Alegre.

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

07/10/2021 – 10h

Plataforma virtual – Zoom, Facebook

ATA PALESTRA

Título	Live TJM conversando com a APAE de Porto Alegre
Data	07/10/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual – Zoom, Facebook
Participantes	Total de visualizações 320, 4 compartilhamentos, 8 comentários, sendo Servidores e Magistrados 87 e 233 visualizações no facebook

<p>Imagem</p>	 <p>Live do TJM Conversando com a APAE de Porto Alegre</p> <p>TJM/RS LIVE</p> <p>Inclusão e Mercado para a Pessoa com Deficiência</p> <p>7 DE OUTUBRO 10:00 HORAS</p> <p>Mariana Potrich - Psicóloga - APAE Porto Alegre</p> <p>Renato Ferreira - Presidente - APAE Porto Alegre</p> <p>www.facebook.com/TJMRSoficial www.tjmrs.jus.br</p>
<p>LINK</p>	<p>https://www.facebook.com/TJMRSoficial/videos/1000651997170529/?t=18</p>
<p>Abertura</p>	<p>A live foi aberta pelo Presidente do TJM, Desembargador Fábio Duarte Fenandes, saudou a todos os participante e convidados.fez um breve relato da APAE/ Porto Alegre que foi fundada em 22 fe agosto de 1962 e é filiada a Federação Nacional das APAES, possui duas (2) unidades escolares em Porto Alegre com atendimentos especializados , visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual. Leu o currículo dos palestrantes Dr. Renato Ferreira e da Drª Mariana Potrich. Dr. Renato em seu breve histórico informou que a APAE atende 474 crianças especiais seu mandato vai até dezembro deste ano são todos voluntários sem remuneração. Drª Mariana atua a 10 anos nesta área de mercado de trabalhofalou sobrea inclusão e mercado de trabalho para pessoas com deficiência relatou a legislação e sobre a Lei 8,213/1991 que prevê a reserva de cargos para pessoas com deficiência para empresas com mais de 100 funcionários.</p>



AÇÃO 6: Reunião com o Arquiteto do DINFRA do TJ/RS sobre considerações ao Projeto de Acessibilidade e o PPCI.

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

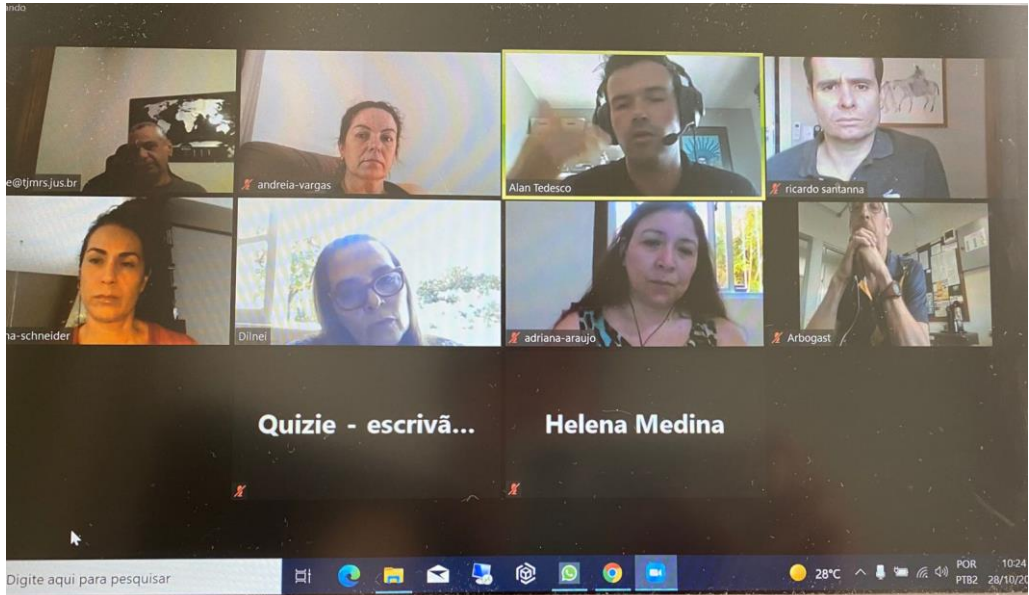
28/10/2021 – 10h

Plataforma virtual - Zoom

PROCEDIMENTO ADOTADO

O Comitê de Acessibilidade fez encaminhamentos no sentido de enviar SEI ao Diretor-Geral sobre proposta de contratação de Consultoria Técnica de Arquitetura e Acessibilidade para toda a JME/RS, ainda em 2021; Elaborar relatório anual das ações de acessibilidade realizadas em decorrência das proposições do Comitê; Os integrantes poderão dar sugestões de ações para 2022, de acordo com o Planejamento Estratégico, conforme planilha em anexo;

ATA DE REUNIÃO

Título	Reunião com o Arquiteto do DINFRA do TJ/RS sobre considerações ao Projeto de Acessibilidade e o PPCI.
Data	28/10/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom
Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva José Carlos Albino Andréia Consoladora Vargas Ricardo Toffani Santana Helena Machado Medina Joao Gilberto Aborgast Fontoura Fabiana Magalhães Schneider Adriana Araujo Quizie de Alves Lima Alan Tedesco - Arquiteto do DINFRA do TJ/RS
Imagens	

APRESENTAÇÃO E ABERTURA



A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.

DELIBERAÇÕES

- Arquiteto do DINFRA do TJ/RS – Alan fala sobre considerações ao Projeto de Acessibilidade e o PPCI.

- Projeto de Acessibilidade da Auditoria de Santa Maria.
- Elaboração de relatório do Comitê em 2021
- Ações para 2022 conforme o Planejamento Estratégico

A Desembargadora Militar Maria Emília expôs que o final do ano está chegando e que devemos fazer um relatório final do comitê e encaminhá-lo a Presidência do TJM/RS. Solicitou ao Arquiteto do TJ/RS Alan Tedesco que informasse o que está impedindo as melhorias propostas pelo Comitê de acessibilidade em relação ao PPCI do TJM/RS e qual a importância disso, no entendimento técnico, posto que será preciso justificar esses óbices no relatório anual, e, desta forma, justificar toda dificuldade enfrentada nesses dois últimos anos. Disse ela que esse seria o primeiro ponto; o segundo ponto que ela queria colocar à consideração de todos é que a nossa comissão tem tentando implantar algumas coisas, mas vários fatores que envolvem a questão orçamentária e outras estruturais do prédio criam obstáculos; o certo seria a gente fazer obras grandes de acessibilidade, e, na verdade, a gente faz adaptações.

Após o Arquiteto do TJ/RS Alan Tedesco, membro da comissão de acessibilidade do TJRS, referiu a importância de estreitar conversa com o Comitê de Acessibilidade do TJM/RS, até para poder nivelar conhecimento e experiência. Relatou que os prédios novos já saem de acordo com as normas. Ele agradeceu o convite para poder conversar sobre a situação predial do TJMRS, e poder dar uma visão do que planeja o TJ/RS para a sede do TJM. Disse que o PPCI é uma intervenção bem importante que vem sendo buscada nas últimas administrações. Relatou que o TJ/RS recentemente teve o projeto aprovado na prefeitura. Referiu sobre uma conversa com o Diretor-Geral do TJM/RS, Flavio, sobre questões de acessibilidade e que gostaria de saber o que realmente já foi levantado e feito.

Desembargadora Militar Maria, falou da prioridade do piso tátil e dos outros projetos já elencados nessa comissão como a rampa e o elevador. Tínhamos em mente que seria fácil de resolver.



Alan Tedesco (arquiteto), após explanar seus conhecimentos, disse que irá fazer análise e avaliar todas as nossas necessidades referentes os projetos em andamentos e passíveis de regulamentação, também mencionando sobre a contratação de uma consultoria técnica de arquitetura de acessibilidade, o que poderia ajudar até mesmo para próxima gestão. Tão logo estiver pronto vai nós avisar, provavelmente no final de novembro 2021.

Desa. Mil. Maria agradeceu toda atenção.

Cel. Albino mostrou as planilhas referentes às Ações para 2022 conforme o Planejamento Estratégico, quatro (04) objetivos, aprovados pelo Pleno. Disse que teremos que elencar quais ações vamos fazer.

Desa. Mil. Maria Emília encaminhou proposição sobre a possibilidade de contratar uma Consultoria Técnica de Arquitetura de Acessibilidade, para este ano ainda, voltadas para estes objetivos do planejamento estratégico.

Após a Sra. Fabiana, integrante da Auditoria de Santa Maria, falou do que foi feito a reforma de um dos banheiros, ainda em andamento em Auditoria de Santa Maria, para que fique mais acessível. Tratando-se de um prédio locado, definir se o piso tátil será colocado pelo TJM ou pelo proprietário.

ENCERRAMENTO ENCAMINHAMENTOS

Ficaram definidos, pelos integrantes do Comitê de Acessibilidade, os seguintes encaminhamentos:

- Enviar SEI ao Diretor-Geral sobre proposta de contratação de Consultoria Técnica de Arquitetura e Acessibilidade para toda a JME/RS ainda em 2021;
- Elaborar relatório anual das ações de acessibilidade realizadas em decorrência das proposições do Comitê;
- Os integrantes poderão dar sugestões de ações para 2022, de acordo com o Planejamento Estratégico, conforme planilha em anexo;

Por fim Desa. Mil. Maria Emília, agradeceu a presença e empenho de todos, encerrando os trabalhos, às 11h, ficando combinada uma última reunião antes do recesso do judiciário, mandando que fosse lavrada a presente ata, por mim, Andréia Consoladora Vargas, servindo de secretária *ah doc*, sendo que após lida será assinada por quem de direito.



AÇÃO 7: Reunião da Comissão com o Arquiteto do DINFRA do TJ/RS.

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

13/12/2021 – 10h

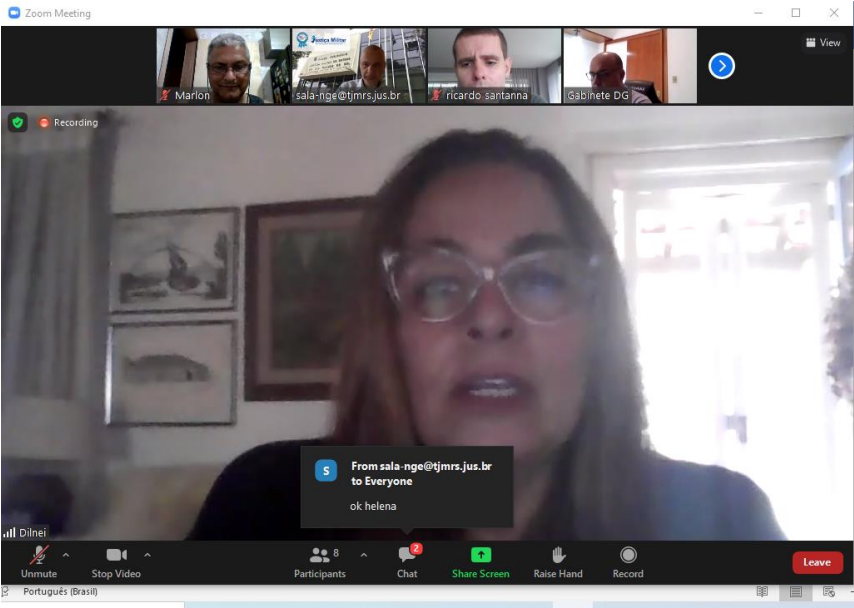
Plataforma virtual – Zoom, Facebook

PROCEDIMENTO ADOTADO

Discussão com o convidado técnico, Eng. Alan Tedesco sobre a viabilidade de execução de novas obras ou adaptações na sede do TJM ou das Auditorias, além das já implementadas.

ATA DE REUNIÃO

Título	Reunião da Comissão com o Arquiteto do DINFRA do TJ/RS.
Data	13/12/2021 – 10h
Local	Plataforma virtual - Zoom
Participantes	Desembargadora Militar Drª Maria Emilia Moura de Silva Cel. José Carlos Albino – Coordenador de NGE Dr. Flávio José Helmann da Silva - Diretor Geral Eng. Alan Tedesco – DINFRA (TJ) Servidor Ricardo Tofani Sant Anna – Corregedoria Servidora Helena Machado Medina – 1ª Auditoria Servidor Joao Gilberto Arbogast Fontoura – Setor de Patrimonio

	Servidor Marlon Grandini Porte - NGE
Imagens	

A Desembargadora Militar Maria Emilia Moura de Silva, presidente da comissão de acessibilidade deste Tribunal, realizou a abertura agradecendo pela presença e a dedicação de todos, em especial do convidado, Alan Tedesco, do DINFRA do Tribunal de Justiça do Estado, ao qual o TJMRS tem como um grande parceiro nas realizações de reformas e obras. Agradeceu esta parceria ao Eng. Alan Tedesco que não mede esforços em ajudar nosso Tribunal na assessoria em projetos de acessibilidade e obras. O Eng. Alan Tedesco agradeceu a parceria e se colocou a disposição para dar continuidade aos projetos reforçando a comissão a importância das obras de acessibilidade. A Desembargadora Maria Emilia reforçou ao Diretor-Geral a importância da continuidade e disponibilidade de verbas para a construção da rampa de acesso e a aquisição do elevador com acesso direto aos andares, bem com pisos táteis em todas as auditorias militares. O servidor João Gilberto Arbogast Fontoura, apresentou o SPI com todos os projetos a comissão, sendo decidido,



por unanimidade, o encaminhamento ao Diretor-Geral, bem como a nova Presidência que assumirá em 2022. O Diretor-Geral, Dr Flavio Helmann da Silva, concordou com o encaminhamento informando que por ser um período de transição entre os presidentes, encaminhará o SPI recomendando o tamanho da importância que tais projetos de melhoria a acessibilidade trarão a este Tribunal. A Desembargadora Militar Maria Emilia Moura da Silva encerrou a reunião agradecendo e desejando a todos um feliz natal reforçou a necessidade de continuarmos nos cuidando com a pandemia.

AÇÃO 8: TJMRS adota tradução em Libras em todas as sessões de julgamento

OBJETIVO

Atender a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares e também regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão nos tribunais e conselhos de justiça.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

20/06/2022 – 14h

Acompanhe as sessões do TJM em www.youtube.com/tjmrsoficial

<https://intranet/intranet/noticia/tjmrs-adota-traducao-em-libras-em-todas-as-sessoes-de-julgamento-20-06-2022#>

TJMRS adota tradução em Libras em todas as sessões de julgamento

Postada em 20/06/2022 Categoria: [Institucional](#)



Convênio celebrado em abril desse ano permitiu a disponibilização do serviço

Com o objetivo de ampliar as opções de acessibilidade e transparência, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul passa a adotar tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas sessões de julgamento do seu Colegiado. O recurso, gestado a partir de convênio celebrado no mês de abril desse ano, foi inaugurado na sessão do último dia 15 de junho.

A partir dessa data, os intérpretes passam a acompanhar e traduzir a íntegra de todas as sessões de julgamento do TJM transmitidas pelo Youtube. Além das sessões, e conforme ajuste entre a administração do Tribunal e a Uníntese (entidade conveniada que disponibiliza os intérpretes), alguns outros eventos do TJM transmitidos online também poderão receber tradução.

"Há um esforço nacional do Judiciário em busca da democratização do acesso à Justiça. E as políticas de acessibilidade e inclusão inserem-se nesse contexto. Diante desse desafio, aliado à nossa diretriz de transparência, é que viabilizamos essa parceria com a academia, que resultou no convênio que permitirá agora a tradução em Libras. A iniciativa, aliás, foi muito bem recebida pelos diferentes públicos com os quais a justiça militar se relaciona", explica o presidente do TJM, Desembargador militar Amilcar Macedo

A necessidade da adoção desse recurso já vinha sendo discutida há um bom tempo no âmbito do Tribunal, em especial através da Comissão de Acessibilidade. O convênio terá duração de dois anos.

Acompanhe as sessões do TJM em www.youtube.com/tjmrsoficial



OBJETIVO

O planejamento de ações da comissão para 2022 bem como uma discussão sobre investimentos em acessibilidade já realizados no último período.

PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

06/07/2022 - 16h

Presencial

PROCEDIMENTO ADOTADO

Reunião da Comissão para proposição de novas ações de acessibilidade, como cursos EAD, confecção de materiais impressos e visuais sobre o tema acessibilidade e inclusão de pessoas deficientes e diversidade de gênero.

ATA DE REUNIÃO

Título	Reunião do Comitê de Acessibilidade do ano de 2022
Data	06/07/2022 - 16h
Local	Presencial
Participantes	Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva Rogério Nejar – Diretor-Geral Andréia Consoladora Vargas Joao Gilberto Aborgast Fontoura

Imagens

APRESENTAÇÃO E ABERTURA

A reunião foi aberta pela Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, presidente da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que inicialmente deu as boas vindas aos presentes.

DELIBERAÇÕES

- Relato do Arbogast sobre as duas empresas de engenharia que estão fazendo o orçamento das necessidades apresentadas de acessibilidade no TJM /RS;
- cleivson@sauereng.com.br
- Planejamento estratégico (ações de acessibilidade);
- Criação de um cronograma para a realização de curso EAD de acessibilidade e inclusão no ambiente jurídico;



- realização de reunião com o Diretor da Escola Judicial Militar, Desembargador Militar Rodrigo Mohr, para a efetivação dos cursos, adequados ao cronograma proposto pela comissão;

- criação, junto com da TI e a Assessoria de Imprensa do TJM, para a criação e veiculação, periodicamente, de material impresso e visual, sobre temas relativos à inclusão de pessoas com deficiência e matérias inclusivas sobre diversidade de gênero e raça;

- aguardar as propostas de consultoria técnica já providenciadas pela Direção-Geral.

A Desembargadora Militar Maria Emilia Moura da Silva encerrou a reunião agradecendo e determinando o encaminhamento deste SEI e seus relacionados à Direção-Geral, para a extração do relatório correspondente e envio ao CNJ – Conselho Nacional de Justiça.